

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO
MESTRADO EM DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

**ECONOMIA KEYNESIANA OU A ECONOMIA DE KEYNES? Notas sobre a
transmissão do ideário de Keynes no Brasil através do livro “*Princípios de Economia
Monetária*” de Eugênio Gudín**

Victor Nunes Leal Cruz e Silva

Curitiba
Abril/2016

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO
MESTRADO EM DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

**ECONOMIA KEYNESIANA OU A ECONOMIA DE KEYNES? Notas sobre a
transmissão do ideário de Keynes no Brasil através do livro “*Princípios de Economia
Monetária*” de Eugênio Gudin**

Dissertação apresentada como
requisito parcial para obtenção do
título de mestre através do
Programa de Pós-Graduação em
Desenvolvimento Econômico da
Universidade Federal do Paraná.

Orientador: Prof. Dr. Marco
Antônio Ribas Cavalieri

Co-orientador: Prof. Dr. Marcelo
Luiz Curado

Curitiba
Abril/2016

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ. SISTEMA DE BIBLIOTECAS.
CATALOGAÇÃO NA FONTE

Silva, Victor Cruz e

Economia Keynesiana ou a Economia de Keynes? Notas sobre a transmissão do ideário de Keynes no Brasil através do livro "Princípios de Economia Monetária" de Eugênio Gudín / Victor Cruz e Silva. – 2016. 78 f.

Orientador: Marco Antônio Ribas Cavalieri.

Co-orientador: Marcelo Luiz Curado.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal do Paraná, Setor de Ciências Sociais Aplicadas, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Econômico.

Defesa: Curitiba, 2016.

1. Economia Keynesiana. 2. Gudín, Eugenio, 1886-1986. 3. Keynes, John Maynard, 1883-1946. I. Cavalieri, Marco Antônio Ribas, 1977-. II. Curado, Marcelo Luiz, 1972-. III. Universidade Federal do Paraná. Setor de Ciências Sociais Aplicadas. Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Econômico. IV. Título. CDD 330.156



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
Setor CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
Programa de Pós Graduação em DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO
Código CAPES: 40001016024P0

TERMO DE APROVAÇÃO

Os membros da Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO da Universidade Federal do Paraná foram convocados para realizar a arguição da Dissertação de Mestrado de **VICTOR NUNES LEAL CRUZ E SILVA**, intitulada: "**Economia Keynesiana ou a Economia de Keynes? Notas sobre a transmissão do ideário de Keynes no Brasil através do livro "Princípios de Economia Monetária" de Eugenio Gudin**", após terem inquirido o aluno e realizado a avaliação do trabalho, são de parecer pela sua APROVAÇÃO.

Curitiba, 11 de Abril de 2016.

Prof MARCO ANTONIO RIBAS CAVALIERI (UFPR)
(Presidente da Banca Examinadora)

Prof EDUARDO ANGELI (UFPR)

Prof MARCELO LUIZ CURADO (UFPR)

Prof PEDRO GARCIA DUARTE (USP)

À minha mãe e à minha avó.

AGRADECIMENTOS

Impossível seria zarpar para o mar, se eu não tivesse a certeza que o porto do qual parti estaria, sempre de braços e coração abertos, a me esperar se a missão fracassasse. À minha mãe e à minha avó, por me deixar ir e por me ensinar com todo o amor do mundo como o navio deve ser conduzido – se eu não aprendi, a culpa não é delas –, todos os ‘obrigados’ do mundo seriam insuficientes.

Improvável seria inquietar minha mente com as questões da ciência, se em meu coração não reinasse a paz de um amor doce. À Camila, por ser a minha rocha e por ter graciosamente suportado esses dois anos como uma verdadeira heroína, as minhas mais profundas e sinceras gratidão e admiração. (...).

Custoso seria alçar voo, se não houvessem aqueles que monitoram o céu para indicar a melhor rota. À minha família e aos meus amigos de Minas, pelas conversas, sorrisos, orientações e companheirismo, eu só tenho a agradecer e esperar que eu possa fazer por vocês tudo que fazem por mim.

Desafiador seria desbravar a escuridão, se não houvesse um sábio a iluminar o caminho. Ao Professor, mentor e amigo, Marco Cavalieri, meu mais profundo e caloroso agradecimento. É uma honra e um prazer trabalhar com você. Se eu me tornar metade do acadêmico que você é, tenho certeza que excederei todas as minhas expectativas.

Aos Professores Marcelo Curado e Felipe Almeida sou também profundamente grato pelo aconselhamento oferecido.

Por fim, difícil seria habitar terras desconhecidas, se a hospitalidade de seu povo não fosse maior que o medo se perder. Aos amigos que fiz em Curitiba, da faculdade e do futebol, muitíssimo obrigado. Em especial, agradeço aos amigos Eduardo Honório, Bruno Schlögl, Denilson Beal, Ricardo Böck, Guilherme Zambalde, Antônio Almeida, Ivan Gambus, Amanda Schuntzemberger, Leonardo Chaves, Hugo Carcanholo e Gilberto Barros por terem tornado a distância de casa suportável.

“[...] ideas of economists and political philosophers, both when they are right and when they are wrong, are more powerful than is commonly understood. Indeed the world is ruled by little else. Practical men, who believe themselves to be quite exempt from any intellectual influences, are usually the slaves of some defunct economist. Madmen in authority, who hear voices in the air, are distilling their frenzy from some academic scribbler of a few years back. I am sure that the power of vested interests is vastly exaggerated compared with the gradual encroachment of ideas. Not, indeed, immediately, but after a certain interval; for in the field of economic and political philosophy there are not many who are influenced by new theories after they are twenty-five or thirty years of age, so that the ideas which civil servants and politicians and even agitators apply to current events are not likely to be the newest. But, soon or late, it is ideas, not vested interests, which are dangerous for good or evil.” (J. M. Keynes; último parágrafo d’A Teoria Geral Do Emprego, do Juro e da Moeda).

RESUMO

Eugênio Gudin pode ser considerado o decano dos economistas brasileiros. Apesar de graduado em engenharia, a partir de meados da década de 1930, ele passou a estudar e dirigir os seus esforços para o estabelecimento da ciência econômica no Brasil. Um dos maiores resultados de seu esforço foi a publicação, em 1943, do primeiro livro-texto de economia escrito por um brasileiro, o *Princípios de Economia Monetária*. O livro e suas sucessivas edições revelam um esforço constante de atualização do economista autodidata brasileiro em vários temas, mas com especial atenção, é claro, em relação à macroeconomia e à economia monetária. Dentro disso, Keynes ganha especial destaque, principalmente porque Gudin está entre os primeiros brasileiros a transmitir e, ao mesmo tempo, fazer uma leitura mais meticulosa do importante autor britânico. Sendo assim, nosso intuito é analisar como se deu a transmissão das ideias de Keynes para o Brasil através da obra de Eugênio Gudin. Perguntamo-nos como Gudin foi se atualizando e compreendendo as teorias que emergiam durante a revolução keynesiana. Para tal, apoiamos nosso trabalho no modelo da teoria da informação voltado à transmissão do pensamento econômico, desenvolvido por Joseph Spengler e aprimorado por Uskali Mäki. Nosso estudo mostra que as disputas intelectuais desencadeadas pelo livro seminal de Keynes, *A Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda*, foram difundidas na academia brasileira somente através da terceira edição do livro de Gudin, publicada em 1952. Verifica-se também que a vertente keynesiana à qual Gudin subscreve na obra é a mesma que por tanto tempo dominou quase por completo a macroeconomia internacional, qual seja, o cânone IS-LM/Hicks-Hansen, pilar da *economia keynesiana*.

Palavras-chave: Eugênio Gudin; História do Pensamento Econômico Brasileiro; Difusão internacional do pensamento econômico; John Maynard Keynes; Revolução Keynesiana.

ABSTRACT

Eugênio Gudin might be considered the dean of Brazilian economists. Despite the fact that he graduated in engineering, from the mid-1930s onwards, his efforts were directed towards the establishment of economics in the Brazilian academia. Among his many accomplishments there is the publication of the first economics textbook authored by a Brazilian in 1943. The book is called *Principles of Monetary Economics*. The successive editions of the book reveal a constant effort on the part of Gudin towards a gradual incorporation of the edge of economic knowledge in his work. Regarding that, his special concerns were macroeconomics and monetary economics. Within this effort, Gudin paid special attention to the unfolding of Keynes' economics, and he was the first Brazilian to transmit Keynes's and Keynesian ideas in Brazil. Given that, our goal is to analyse how the transmission of Keynes' ideas into Brazil was undertaken through the works of Eugênio Gudin. We ask ourselves how Gudin gradually updated himself and understood the theories arising from the Keynesian Revolution. For this purpose, we base our research on the information theory model developed by Joseph Spengler and improved by Uskali Mäki. Our study shows that the intellectual disputes triggered by Keynes' seminal book, *The General Theory of Employment, Interest and Money*, were diffused into the Brazilian academy only in the third edition of Gudin's book, published in 1952. The Keynesian approach to which Gudin subscribes in it is the same that vanquished international macroeconomics, i.e., the IS-LM/Hicks-Hansen canon, pillar of the *Keynesian economics*.

Keywords: Eugênio Gudin; History of Brazilian economic thought; International diffusion of economic thought; John Maynard Keynes; Keynesian Revolution.

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 - Múltiplas perspectivas sobre a filiação teórica de Gudin.....	34
QUADRO 2 - Os revolucionários keynesianos.....	50
QUADRO 3 - Os elementos da transmissão do ideário keynesiano no Brasil.....	68

LISTA DE SIGLAS

BP	-	Balço de pagamentos
CEPAL	-	Comissõ Econõmica para a Amãria Latina e o Caribe
EUA	-	Estados Unidos da Amãria
HOPE	-	<i>History of Political Economy</i>
HPE	-	Histõria do Pensamento Econõmico
MIT	-	<i>Massachusetts Institute of Technology</i>
MPS	-	<i>Mont Pèlerin Society</i>
PEM	-	<i>Princípios de Economia Monetãria</i>
TG	-	<i>A Teoria Geral do Emprego do Juro e da Moeda</i>
TM	-	<i>Um Tratado sobre a Moeda</i>
TQM	-	Teoria Quantitativa da Moeda
TRM	-	<i>Tratado sobre a Reforma Monetãria</i>

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	11
2. A LITERATURA SOBRE A DIFUSÃO DE PENSAMENTO ECONÔMICO E A CONEXÃO KEYNES-GUDIN	13
2.1. A LITERATURA SOBRE A DIFUSÃO DAS IDEIAS ECONÔMICAS.....	14
2.1.1. Três modelos para a difusão de pensamento econômico.....	15
2.1.2. Estudos sobre a difusão das ideias keynesianas.....	17
2.2. DEFININDO O ESCOPO: PERIFERIAS INTELECTUAIS E ESFERAS DE INFLUÊNCIA	19
2.3. OS ELEMENTOS DA TRANSMISSÃO NA CONEXÃO KEYNES-GUDIN	20
3. UMA SÍNTESE DA ECONOMIA DE EUGÊNIO GUDIN E SUA HISTORIOGRAFIA	22
3.1. UMA SÍNTESE DOS PRINCÍPIOS TEÓRICOS DE GUDIN	23
3.2. TRÊS INTERPRETAÇÕES DO PENSAMENTO DE GUDIN.....	26
3.3. COMO A LITERATURA ROTULA GUDIN?	30
4. O NASCIMENTO DA MACROECONOMIA: KEYNES E O MAINSTREAM DOS ANOS 1940 AOS ANOS 1970	35
4.1. A TEORIA DE KEYNES: MARSHALLIANA OR WALRASIANA?	38
4.2. O MITO DA REVOLUÇÃO KEYNESIANA.....	40
4.2.1. Como Keynes reagiu às reações à TG?	42
4.2.2. Os revolucionários	44
4.3. OS EUA E A EXPORTAÇÃO DA REVOLUÇÃO KEYNESIANA	46
5. A DIFUSÃO DO KEYNESIANISMO NO BRASIL ATRAVÉS DOS PRINCÍPIOS DE ECONOMIA MONETÁRIA DE EUGÊNIO GUDIN	51
5.1. A INSERÇÃO INTERNACIONAL DE GUDIN: CHICAGO E HARVARD..	52
5.2. GUDIN, OS <i>PRINCÍPIOS DE ECONOMIA MONETÁRIA</i> E KEYNES	56
5.2.1. 1943: a primeira edição e a negligência da TG.....	56
5.2.1. 1947: o tratamento incipiente da TG	59
5.2.2. 1952: o segundo volume do PEM e a consolidação da <i>economia keynesiana</i>	60
5.3. POSIÇÕES CONTRASTANTES? O DESFECHO DOS ELEMENTOS DA TRANSMISSÃO	64
6. A TRANSMISSÃO DO KEYNESIANISMO NO BRASIL: NOTAS CONCLUSIVAS	68
REFERÊNCIAS	71
FONTES PRIMÁRIAS	71
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	71

1. INTRODUÇÃO

O objeto dessa dissertação é a transmissão, para o Brasil, do pensamento econômico oriundo do ideário de John Maynard Keynes através do livro *Princípios de Economia Monetária* de Eugênio Gudin.

A literatura sobre história do pensamento econômico no Brasil sustenta que Gudin foi pioneiro na transmissão do pensamento derivado do trabalho de Keynes no país. Todavia, embora exista esse reconhecimento, não há uma análise detalhada do processo de transmissão e da natureza das teorias macroeconômicas e de economia monetária contidas nas sucessivas edições do livro. Assim, de forma mais específica, pretendemos esmiuçar as três primeiras edições do livro com o fito de inquirir sobre algumas questões. Por exemplo, quando e com qual lacuna temporal Gudin foi capaz de aprender e/ou receber as teorias econômicas que estavam na fronteira da academia que se transformava na mais importante do mundo, a americana? Houveram interlocutores internacionais que auxiliaram Gudin nessa tarefa? Quem foram eles? Como essa transmissão de pensamento econômico coaduna-se com a literatura de história do pensamento econômico a respeito da construção do *mainstream* keynesiano na primeira metade do século XX? Gudin teria sido mais fiel aos escritos do próprio Keynes ou daqueles que desenvolveram as teorias macroeconômicas a partir da obra do britânico? Como esse processo deve ser lido através das teorias de transmissão de pensamento econômico sugeridas por autores da área?

Para responder a essas questões, organizamos essa dissertação em cinco outros capítulos, além dessa breve introdução.

O Capítulo 2 trata de apresentar a consolidação da difusão internacional das ideias econômicas como subárea da história do pensamento econômico. Da mesma forma, apresenta os principais trabalhos publicados na área. Esse capítulo, portanto, posiciona nosso estudo em uma área específica da história da ciência econômica, a transmissão internacional de ideias sobre economia. Definições fundamentais que permearão toda a dissertação se encontram nesse capítulo, como o modelo da teoria da informação de Spengler-Mäki. O capítulo serve também para que o objetivo dessa pesquisa possa ser bem fundamentado metodologicamente e apresentado ao leitor de forma clara e concisa.

O Capítulo 3 tem dois objetivos. Primeiro, tratar a literatura que lidou com o trabalho e a vida do autor em foco. Segundo, tentar delinear as principais ideias econômicas de Gudin, para além do livro sobre o qual concentramos nosso escrutínio. A importância desta última parte é muito clara, haja vista que a síntese do pensamento gudiniano se encarrega de definir

os pressupostos fundamentais que conduziram as investigações econômicas de Gudin. O primeiro, por sua vez, deve servir como parte crucial da justificativa de nosso trabalho, localizando a presente dissertação entre a literatura que estudou o pensamento de Gudin. Nessa parte, chama a atenção o desacordo sobre a interpretação de pontos cruciais de sua obra e carreira, tais como sua filiação teórica e algumas opiniões particulares acerca da operação das economias capitalistas. Apesar disso, há consenso mínimo de que Gudin teria sido um *liberal* preocupado principalmente com a solução do *problema da inflação* no Brasil

O Capítulo 4 foge da teoria econômica praticada no Brasil para apresentar a literatura de história do pensamento econômico sobre a fabricação do que viria a ser o *mainstream* da macroeconomia durante a maior parte do século XX. A interpretação que nos guia aqui é a oferecida por David Laidler em seu livro *Fabricating the Keynesian Revolution*, embora usemos vários outros trabalhos da literatura internacional. Outro aspecto fundamental para o objetivo da dissertação é notar que as ideias de Keynes foram interpretadas e apresentadas de diferentes formas. Nesse ponto, em especial, chamamos atenção para a dicotomia proposta por Axel Leijonhufvud entre o que seria a *economia de Keynes* e a *economia keynesiana*. Dessa forma, pretendemos esclarecer as divergências existentes entre as interpretações walrasiana e marshalliana de Keynes, algo que nos será útil ao avaliarmos a forma do keynesianismo difundido por Gudin e sua posição frente ao embate Marshall-Walras.

Chegamos, assim, ao Capítulo 5, o mais importante desse estudo. É nele que fazemos a análise da evolução do tratamento dado por Gudin às ideias derivadas do trabalho de Keynes nas três primeiras edições dos *Princípios de Economia Monetária*. Através desse exercício, julgamos que fomos capazes de cumprir o objetivo postulado para essa dissertação e compreender como Gudin transmitiu o arcabouço keynesiano à academia brasileira. Ademais, esse capítulo presta-se a avaliar as relações que Gudin cultivou com importantes economistas radicados em centros acadêmicos internacionais de excelência, em especial nos Estados Unidos. Cabe destacar que certas conclusões contidas nesse capítulo se apoiam em arquivos pessoais do autor cujo tratamento sistemático, até onde pudemos apurar, permanece inédito.

Por fim, apresentamos, como de praxe, as conclusões a que essa dissertação chegou. Nossas notas conclusivas pretendem apresentar de forma clara e definitiva três pontos principais: (1) o quanto a obra magna de Gudin estava atualizada em relação aos debates internacionais; (2) o tipo de keynesianismo que Gudin transmitiu ao Brasil e sua evolução ao longo das três primeiras edições de seu *Princípios de Economia Monetária*; e (3) o preenchimento dos elementos dessa transmissão como conceituados por Mäki em seu modelo da teoria da informação.

2. A LITERATURA SOBRE A DIFUSÃO DE PENSAMENTO ECONÔMICO E A CONEXÃO KEYNES-GUDIN

É possível dizer que o estudo mais sistematizado sobre a difusão internacional das ideias econômicas emergiu como uma subárea da história do pensamento econômico (doravante HPE) a partir dos artigos publicados pelos professores Terence Hutchison (1955) e Joseph Dorfman (1955). O objetivo era chamar a atenção dos historiadores do pensamento econômico para o fato de que o processo pelo qual uma teoria atinge grande disseminação internacional é um objeto interessante de análise, uma vez que ele seria um elemento essencial para se compreender os motivos pelos quais certas doutrinas se tornam dominantes, ao passo que outras acabam por se situar à margem da ciência econômica.¹

Dentro disso, as justificativas dadas à centralidade do estudo da difusão das ideias econômicas ao desenvolvimento da ciência são variadas. Hutchison (1955, p. 1) afirma que o estudo do surgimento das ideias em economia é inseparável do estudo das mudanças no pensamento econômico e da transmissão dessas mesmas ideias. Em suas palavras: “*the study of economic processes must include the study of economists, or of the origin, flow, and development of their ideas – for one can hardly separate the study of the origin of ideas from that of the change and flow of ideas*”. Letiche, Hildebrand e Jaffé (1955, p. 29) sendo mais diretos e, talvez, pragmáticos, assinalam que a pertinência do campo está no seu *potencial* de auxiliar o próprio desenvolvimento futuro da ciência econômica. Cardoso (2009, p. 254), por sua vez, acredita que a perspectiva nacional é fundamental para compreender as variadas transformações que as doutrinas, teorias e ferramentas sofrem em contextos distintos, indo na mesma direção das observações de Blaug (2001, p. 151) e Roncaglia (2005, p. IX). De acordo com eles, as abordagens dissonantes engajadas no debate econômico podem ser melhor entendidas a partir da reconstrução histórica dos diferentes pontos de vista propostos ao longo da HPE. Como a reconstrução histórica exige atenção a fatores externos ao próprio desenvolvimento endógeno da ciência, os contextos nacionais seriam de fundamental importância.

¹ Segundo Geoffrey Hodgson (2001, p. 23), a teoria econômica é necessariamente impregnada por especificidades históricas e geográficas. Tais especificidades, então, colocariam em xeque o entendimento da ciência econômica como um corpo científico homogêneo e abrangente. Esposamos a perspectiva hodgsoniana nesse trabalho.

2.1. A LITERATURA SOBRE A DIFUSÃO DAS IDEIAS ECONÔMICAS

Para que se possa inquirir sobre a difusão do pensamento econômico, é necessário que se pontue que as teorias que ‘*vencem*’ o debate entre ideias não são necessariamente as *melhores* teorias. Tal consideração é bastante difundida na filosofia da ciência pós-kuhniana e se opõe ao dogma positivista ou demarcacionista, que, por vezes, parece implicar que se as ferramentas preconizadas pela *Teoria A* possuem mais adeptos do que as ferramentas utilizadas pela *Teoria B*, então a *Teoria A* é simplesmente superior à *Teoria B*. O processo pelo qual os economistas se filiam a uma doutrina econômica é mais complexo que isso; as mediações não são simples e, acreditamos, variam bastante em cada caso. Por exemplo, diferentes valores sociais, visões de mundo, ideologias e situações políticas seriam responsáveis por diferentes adaptações de ideias e, portanto, pelas diferentes trajetórias de transmissão de doutrinas econômicas. Por esse motivo, os escritos dos grandes economistas não podem ser avaliados apenas pelo seu conteúdo intrínseco, mas devem ser analisados sob a luz do uso efetivo que os mesmos e, no caso da transmissão, outros fizeram e fazem de suas obras. Certamente, essa é uma das principais verificações que fundamentam o estudo da difusão internacional de ideias econômicas (CARDOSO, 2009, p. 253, 262; COLANDER, 1989, p. 1-2; GOODWIN, 1989, p. 157).

Posto isso, a literatura sobre a transmissão internacional de pensamento econômico pode ser subdividida em duas áreas principais. A primeira constitui a historiografia da transmissão do pensamento econômico propriamente dita. Em outras palavras, essa área se ocupa em estudar como se deram eventos específicos do intercâmbio de ideias, principalmente de um país para outro. A segunda se refere ao desenvolvimento de esquemas teóricos focados em explicar e entender as características recorrentemente observadas nas transferências transnacionais de pensamento econômico. Na seção subsequente, os três principais modelos destinados à compreensão desses fenômenos são revisados. Fazemos isso especialmente sob a ótica dos *surveys* escritos por Cardoso (2009) e Coats e Colander (1989). Os modelos postos em análise são (1) o modelo de contágio; (2) o mercado das ideias; e (3) a teoria da informação.²

² Coats e Colander (1989, p. 15), reconhecem que, embora esses modelos respondam por boa parte dos estudos da transmissão das ideias, “[...] *the processes through which ideas spread were too numerous and diverse to model formally at this time*”. Kindleberger (1989, p. 59) corrobora essa visão.

2.1.1. Três modelos para a difusão de pensamento econômico

O modelo que consideramos o mais simples entre os arrolados aqui é o chamado de modelo de contágio. Apresentado por Coats e Colander (1989, p. 11), a ideia central é que a transmissão de ideias econômicas pode ser compreendida fazendo-se uma analogia com o espraio de doenças contagiosas. Embora o princípio por trás do modelo seja elucidativo, nós não podemos deixar de criticar sua premissa básica. A analogia com doenças contagiosas implica admitir grande passividade do “contaminado”. Dito de outra forma, o modelo assume que aquele que recebe a ideia praticamente (ou inteiramente) não agiria para que a ideia se tornasse parte do seu conjunto de ferramentas para compreender o mundo econômico. Pensamos que, ao contrário da ocasião em que o indivíduo se expõe a agentes patogênicos infecciosos, a exposição a uma nova ideia requer que o indivíduo a julgue pertinente para que, somente então, ela o “contamine”. Grosso modo, é o caso de dizer que o agente é capaz de *escolher* a contaminação. Isso ocorreria mesmo no caso em que o aceite da ideia por parte do “contaminado” não fosse completamente consciente e deliberado, ou seja, envolvesse, em algum grau, elementos implícitos. É possível dizer que as consequências de ideologias, na forma de modelos mentais, atuam sobre a formação de crenças dos indivíduos de maneira implícita. Aliás, é por isso mesmo que a ideia de modelos mentais é atraente e importante para entender como esses mesmos modelos mentais, as doutrinas científicas e as ideologias evoluem.³ Contudo, mesmo levando em conta a ubiquidade de modelos mentais na sociedade, a mesma passividade do contágio infeccioso nos parece exagerada para as ideias econômicas. Desta forma, em nossa opinião, a analogia com a transmissão de doenças contagiosas, apesar de não ser totalmente descartável, é muito imperfeita.

O segundo modelo sobre o qual refletimos é o apresentado por George Stigler (1983) em seu discurso de aceitação do prêmio Nobel, o do mercado das ideias. Stigler (1983, p. 529) sugere que o problema da maioria dos economistas, em sua predominante condição de compradores de ideias, é similar ao problema do comprador de um automóvel usado: encontrar um veículo testado e confiável. O arcabouço desenvolvido aproxima a transmissão e apropriação de ideias à dinâmica encontrada nos livros-texto de economia para mercados perfeitamente competitivos. Ao emular o comportamento de um mercado em concorrência perfeita, Stigler crê que ideias com maior grau de solidez tenderão a prevalecer sobre aquelas

³ O artigo clássico sobre os modelos mentais é o de Denzau e North (1994).

mais sujeitas ao erro e aos “interesses ocultos” (*vested interests*) (COATS & COLANDER, 1989, p. 13). O modelo de Stigler parece apontar na direção de que ideias mais corretas venceriam a competição pela preferência dos economistas, a despeito de contextos nacionais e de modelos mentais. Em nossa visão, esse modelo não se coaduna com a filosofia da ciência pós-kuhniana, que nos parece a visão dominante entre os historiadores da ciência e os pesquisadores da área de Ciência, Tecnologia e Sociedade (comumente nominada CTS). Ademais, recentemente, economistas encontraram forte evidência de que as preferências ideológicas de colegas economistas afetariam desde as áreas em que os mesmos escolhem trabalhar e, é claro, o tipo de modelo que “comprariam” no mercado até as palavras que utilizam (JELVEH *et al.*, 2015). Portanto, a escolha dos economistas por determinadas teorias, em nossa visão, não tem essa relação simples e direta com a verdade eventualmente contida nas mesmas (isso mesmo que admitamos que pode haver alguma relação entre verdade de teorias e aceitação por parte de cientistas, uma vez que é justo anotar que, em alguma medida, eles são apenas interessados na busca da verdade).

O último modelo que pretendemos apresentar é o da teoria da informação. Esse modelo foi concebido primeiramente por Joseph Spengler (1970) e aperfeiçoado, posteriormente, por Uskali Mäki (1996). Grosso modo, Spengler (1970, p. 137) sugere que para que seja possível compreender o mecanismo por trás do intercâmbio intelectual de ideias econômicas, a definição de quatro elementos é necessária: (1) a *fonte*, aquele ou o quê envia e transmite a ideia; (2) o *meio* através do qual a transmissão acontece; (3) o *conteúdo* transmitido, que diz respeito à ideia em si; e (4) o *receptor*, que recebe a ideia e deve ser analisado sob a luz de suas especificidades (por exemplo contexto político, econômico e social, de modo geral).

Mäki (1996, p. 313) aperfeiçoa o modelo de Spengler com o objetivo de adaptá-lo ao que chama de “periferias intelectuais”. Para tal, ele propõe não quatro, mas seis elementos para o estudo do fluxo de ideias econômicas de um *centro intelectual* para um contexto *periférico*. São eles: (1) a *criação* da ideia; (2) o “*porto de exportação*” da ideia; (3) o “*porto de entrada*” da ideia; (4) o *conteúdo* e a *forma* da ideia; (5) as *modificações* realizadas na ideia pela região que a importa; e (6) os *mecanismos* de transmissão. Através desses elementos, Mäki (1996, p. 307) pretende examinar como poderíamos explicar a invenção, importação, aceitação, rejeição e modificação de ideias econômicas em países pequenos e periféricos.

Dentro disso, é importante definir periferia de maneira mais detalhada. O conceito desenvolvido por Mäki (1996, p. 321) para *periferia intelectual* reside na percepção de que o

grau de ‘*periferalidade*’ de um dado país, em um dado campo de conhecimento e em um dado ponto do tempo, será tão maior quanto maior a sua tendência a internalizar ideias oriundas das regiões que se encontram na vanguarda daquela ciência. No caso do Brasil, sem dúvida, ele se encaixa como país periférico porque não é um grande exportador de ideias econômicas e, com praticamente nenhuma exceção, sempre esteve na divisão internacional do trabalho acadêmico posicionado muito mais como importador de doutrinas, teorias, estudos e, de modo mais geral, ideias. Como o foco do nosso trabalho recai sobre a transmissão de ideias surgidas na Inglaterra e nos Estados Unidos da América (doravante EUA) da primeira metade do século XX para o Brasil, especialmente considerando que Gudin é um pioneiro na formação do campo que viria a ser a audiência para essas ideias, o modelo de Mäki parece ser o mais adequado para utilizarmos nesse trabalho.

Vejamos, agora, como a historiografia de transmissão de pensamento econômico já estudou a absorção de Keynes e do keynesianismo.

2.1.2. Estudos sobre a difusão das ideias keynesianas

Do ponto de vista geral, não somente keynesiano, os trabalhos que tratam de analisar o processo de difusão internacional de ideias contam, por exemplo, com a pesquisa de Boserup (1980) sobre a influência de teorias internacionais sobre a formação da ciência econômica dinamarquesa, o exame de Llombart (1995) sobre a absorção da teoria fisiocrática na Espanha, e a pesquisa de Psalidopoulos (1996) sobre a relação entre o keynesianismo e a política econômica grega. Além do mais, o livro *The Spread of Economic Ideas*, publicado em 1989, mostrou-se deveras importante na definição de diretrizes, a partir de estudos de caso, para outras análises sobre a matéria (COLANDER & COATS, 1989). Como evidência da importância atingida por essa subárea de pesquisa, chamamos atenção ao suplemento de 1996 da mais prestigiosa revista especializada em HPE, a *History of Political Economy* (doravante HOPE). Intitulado *The post-1945 Internationalization of Economics*, esse número da HOPE pretendia avaliar como se deu o processo de internacionalização do pensamento econômico no pós-guerra.

O que consideramos a mais importante obra publicada sobre o tema da nossa dissertação é o livro *The Political Power of Economic Ideas: Keynesianism Across Nations*, editado por Peter Hall, em 1989. O objetivo do livro, como colocado pelo autor, seria revisar

de forma pormenorizada o processo através do qual as ideias keynesianas se tornaram um importante componente da política econômica das maiores nações industriais.

Em termos de se justificar porque Keynes é de interesse para os estudiosos da transmissão do pensamento econômico, podemos destacar o seguinte. Como observado por Skousen (2007, p. IX), a centralidade de Keynes na ciência econômica é comparável somente às importâncias de Adam Smith (século XVIII) e Karl Marx (século XIX). Segundo o autor, a reunião dos três corresponderia ao “*big three*” da ciência econômica. É possível também que a importância do pensamento de Keynes, além de derivar do poder teórico de suas ideias, seja consequência da posição intermediária que ele ocupa no espectro político-econômico, situando-se entre o liberalismo e o socialismo. Nas palavras de Hirschman (1989, p. 356); “*Prior to Keynes there simply was no respectable theoretical position between centralised planning, on the one hand, and, on the other, the traditional laissez-faire policies, with their denial of any governmental responsibility for economic stability and growth*”.⁴

Todavia, o que talvez seja a melhor justificativa para o estudo da difusão da teoria de Keynes é provavelmente a fornecida por aquele que foi o seu maior e mais resolutivo rival intelectual: Arthur Cecil Pigou. À ocasião da morte de Keynes, Pigou escreveu em seu obituário:

Those of us who disagree in part with his analysis have, nevertheless, undoubtedly been affected by it in our own thinking; and it is very hard to know exactly where we stood before. Not a little of what we now believe ourselves to have known all along, it may well be we owe to him (PIGOU⁵ apud MOGGRIDGE, 1975, p. 73).

Portanto, Keynes alterou consideravelmente a forma como os economistas olhavam para a sociedade capitalista (HALL, 1989b, p. 365). A pesquisa aqui desenvolvida, tomando conhecimento dos argumentos de Skousen, Pigou e Hall, pretende, então, inquirir sobre a difusão das ideias de Keynes para um país que não integra o compêndio organizado por Hall.

Façamos a seguir um detalhamento maior de conceitos importantes para o desenho do modelo que adotamos para avaliar a transmissão do pensamento keynesiano no Brasil.

⁴ Não por acaso, o planejamento central é representado pela figura de Marx, ao passo que o laissez-faire é *usualmente* relacionado a Smith, as outras duas partes do *big three* de Skousen. A palavra “usualmente” é destacada acima porque o tratamento de Smith como representante unívoco da doutrina do laissez-faire é um assunto ainda aberto à discussão, como se pode verificar em Samuels e Medema (2005).

⁵ PIGOU, A. John Maynard Keynes, 1883-1946. **Cambridge Review**, Vol. 67, pp. 381-382, 18 de maio de 1946

2.2. DEFININDO O ESCOPO: PERIFERIAS INTELECTUAIS E ESFERAS DE INFLUÊNCIA

Uma vez que estabelecemos sob qual das teorias de difusão do pensamento econômico nossa análise será conduzida, isto é, sobre a teoria da informação de Spengler-Mäki, a definição mais detalhada de dois conceitos se faz necessária para que possamos avançar no trabalho.

Primeiro, como esclarecido na Seção 2.1.1, Mäki definiu que o seu arcabouço objetivava o estudo de periferias intelectuais. Desconsiderando a discussão de grau, acreditamos que seja difícil defender que a academia brasileira em ciência econômica não se qualifique como uma periferia intelectual no sentido idealizado por Mäki.⁶ Além do mais, apesar do modelo de Mäki se destinar, segundo o mesmo, a *pequenos países periféricos*, pensamos que o tamanho de um país não é condição necessária nem suficiente para caracterizar sua perifericidade. Amiúde, países pequenos são periferias intelectuais, mas existem alguns exemplos nos quais essa tendência é contrariada, como nos casos da Escócia do século XVIII e da Suécia no início do século XX (países pequenos, de certo modo, mas intelectualmente centrais nessas épocas). O contrário é também verdadeiro: países territorialmente extensos podem ser postos como periféricos, como no caso dos EUA do século XIX. O Brasil encaixa-se nessa última categoria, com a diferença que, ao contrário dos EUA, nós nunca superamos nossa condição periférica.

Segundo, através da combinação dos argumentos de Hall (1989a; 1989b), Hirschman (1989) e Mäki (1996), podemos conceituar o processo de transmissão de pensamento econômico como um processo que ocorre em duas esferas de influência. A primeira é a *esfera de influência acadêmica*, na qual os economistas dos países periféricos absorvem as teorias desenvolvidas por acadêmicos dos países centrais. A segunda é a *esfera de influência política*, na qual o discurso acadêmico transborda para a formulação de políticas, e os economistas deixam de influenciar somente a *ciência econômica* em si mesma para atuar sobre a *economia* enquanto sistema de organização social. O livro de Hall avalia essa segunda esfera. Nosso estudo, por outro lado, tratará de conduzir uma análise da esfera de influência acadêmica,

⁶ Cardoso (2009, p. 260-261), por exemplo, qualifica o Brasil – bem como a América Latina – como uma região periférica. Curiosamente, seu estudo relata um caso de direção contrária de influência e analisa como Celso Furtado e Raul Prebisch influenciaram o pensamento econômico dos países ibéricos. Embora possa ser argumentado que Portugal e Espanha sejam também países periféricos, o grau de perifericidade deles dificilmente seria equiparável aos de Brasil e Argentina.

acomodando o que Hall (1989a, p. 7-8) chamou de análise “*economist-centred*” ao modelo de Spengler-Mäki para a investigação do impacto das ideias de Keynes na academia brasileira.

2.3. OS ELEMENTOS DA TRANSMISSÃO NA CONEXÃO KEYNES-GUDIN

Em seu trabalho, Mäki (1996, p. 311) avança o conceito de *ápice intelectual de uma sociedade (intellectual peak of society)*. Adotaremos o mesmo raciocínio na realização de nossa análise *economist-centred*. Isso equivale a dizer que devemos inquirir sobre esse processo através dos indivíduos que cultivam os mais elevados graus de familiaridade com as principais questões econômicas de um dado período de tempo.

No caso do Brasil, está bem estabelecido que a primeira representação das ideias keynesianas foi realizada pelo pai-fundador da ciência econômica brasileira, Eugênio Gudin. O contato inicial da academia brasileira com as teorias desenvolvidas no exterior durante o início do século XX, também, de forma pioneira, se deu sob sua tutela. No tocante à economia, não há como negar que *Gudin personificava o ápice intelectual brasileiro* (BIELSCHOWSKY, 2001, p. 95; CARNEIRO NETTO, 2003, p. 12; CHACEL, 1979, p. 34-35; LEWINSOHN, 1947, p. 111; SCALERCIO & ALMEIDA, 2012, p. 58, 158).

As minúcias do raciocínio que nos levou a essa conclusão serão evidenciadas nos Capítulos 3 e 5. Tais capítulos mostrarão que a conexão Keynes-Gudin não é uma associação aleatória, e que existem pontos diretos de contato entre Gudin e grandes nomes da economia keynesiana da época. Todavia, e isso será apresentado de forma mais detalhada no Capítulo 4, os debates que se sucederam à publicação d’*A Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda* (doravante TG) estavam impregnados em uma multiplicidade de difíceis alterações. Isso porque Keynes não tratou de envolver o conteúdo de seu livro em uma forma que se mostrasse mais facilmente transmissível. Tendo em mente que o grau de inteligibilidade de uma teoria para uma audiência ampla é responsável pela espécie de reação que provoca, um justo desdobramento da negligência de Keynes com relação a esse aspecto foi o surgimento de uma miríade de interpretações dissonantes acerca do pensamento do britânico (HIRSCHMAN, 1989, p. 349, 358). Nos termos de Axel Leijonhufvud (1968), a *economia keynesiana* e a *economia de Keynes* vão desenvolver agendas de pesquisa diferentes e incompatíveis.

Se Eugênio Gudin é de fato o acadêmico que introduziu as ideias de Keynes na academia brasileira, é importante que se estabeleça qual tipo de keynesianismo predomina no

Princípios de Economia Monetária (doravante PEM), principal veículo usado por Gudin e outros na educação de novos economistas brasileiros. Nesse ponto, em vista do acima, podemos sintetizar melhor o principal objetivo dessa dissertação em conjunto com seu direcionamento metodológico: *nosso objetivo é combinar o modelo da teoria da informação de Spengler-Mäki à análise economista-centred de Hall para compreender como as modernas ideias de Keynes (ou derivadas de seu trabalho) foram originalmente transmitidas no Brasil através do PEM de Eugênio Gudin*. Através de tal objetivo, buscamos realizar uma contribuição efetiva e pontual à história do pensamento econômico brasileiro. Mais especificamente, buscamos ilustrar parte importante da complexidade inerente ao arcabouço teórico do principal pai-fundador da ciência econômica brasileira.

Antes de proceder à análise das nuances envolvidas nesse processo, vale notar que dois dos seis elementos da transmissão conceituados por Mäki já estão bastante claros. Primeiro, já definimos que a *criação* da ideia que planejamos analisar foi realizada por John Maynard Keynes, em 1936, na Universidade de Cambridge, Inglaterra. Tal ponto é consensual, como visto em Colander e Landreth (1996, p. 4), Hagemann (2011, p. 667) e Hirschman (1989, p. 348). Segundo, nós também ressaltamos que o *porto de entrada* do keynesianismo no Brasil foi o livro *Princípios de Economia Monetária*, de Eugênio Gudin.

O significado de cada um desses dois elementos é intuitivo; o primeiro responde pela concepção primária das ideias, ao passo que o segundo representa como tal pensamento teve acesso a uma região específica. Os quatro elementos restantes no estudo da transmissão de pensamento econômico requerem que avancemos um pouco mais em nossas elaborações, de forma que voltaremos a eles no momento oportuno, em um dos capítulos posteriores dessa dissertação.

3. UMA SÍNTESE DA ECONOMIA DE EUGÊNIO GUDIN E SUA HISTORIOGRAFIA

Eugênio Gudín, apesar de graduado em engenharia, foi por muitas razões figura central do desenvolvimento e estabelecimento da ciência econômica no Brasil. Segundo Luiz Simões Lopes (1979, p. VI), primeiro presidente da Fundação Getúlio Vargas, o papel desenvolvido por Gudín foi de tal importância que “a história da aplicação metodológica, didática e política das ciências econômicas no Brasil está definitivamente marcada por duas épocas: antes e depois de Gudín”.

Acreditamos que, em relação à sua carreira, três características devem ser destacadas. Primeiro, Gudín foi um autodidata em ciências econômicas que na sua carreira como engenheiro começou a se interessar pela disciplina. Sua veia prática o levou à observação do que chamava de falta de “senso econômico” no Brasil, tanto por parte do governo quanto por parte das empresas. Gudín vai se debruçar sobre o estudo das ciências econômicas para entender e conseguir divisar uma solução para essa dificuldade, que poderia ser posta essencialmente como um problema de eficiência. Seus esforços foram capazes de levantar algumas questões relevantes sobre o funcionamento da economia brasileira, até mesmo no nível das firmas, de forma que foi pioneiro, junto com figuras como Roberto Simonsen, na criação de uma tradição de engenheiros brasileiros que partiram para o estudo da economia (ABRAHÃO, 1999, p. 42-43; BIELSCHOWSKY, 2001, p. 93; BOIANOVSKY, 2012, p. 286; SCALERCIO & ALMEIDA, 2012, p. 46-49). A respeito disso, Richard Lewinsohn⁷ certa vez alegou que, embora Gudín, a partir de certo ponto, tenha dedicado seus esforços quase que exclusivamente ao estudo da economia, a idade relativamente avançada com a qual ele iniciou suas incursões na área nunca o permitiram abandonar o ponto de vista mecanicista acerca da realidade social, tão característico de um engenheiro (FURTADO, 1985, p. 142). Logo, seus estudos conduziram-no à conclusão que a adaptação dos postulados internacionais à realidade enfrentada por sistemas econômicos subdesenvolvidos – ou reflexos, em sua própria terminologia – seria o melhor caminho a trilhar. A adaptação foi a alternativa encontrada por Gudín para propor princípios de ciência econômica para ajudar no desenvolvimento de uma economia reflexa.

⁷ Richard Lewinsohn foi um dos mais proeminentes jornalistas especializados em economia da República de Weimar. Judeu, foi exilado à época do nazismo, chegando ao Brasil em 1940. Tornou-se por um breve período professor de ciências econômicas da Universidade do Rio de Janeiro e, em 1952, retornou à Europa, especializando-se em crítica musical (KESTLER, 2003, p. 120-122).

Segundo, foi a perspectiva sempre cosmopolita de Gudin que o colocou em contato permanente e cada vez mais profundo com a literatura internacional em economia, produzindo a transmissão de pensamento que estudamos nessa dissertação. É possível que isso se deva à proximidade com suas raízes francesas, que sempre foram uma constante em sua vida. Seu livro analisado nessa dissertação, o PEM, é uma mostra da necessidade de referência constante à teoria econômica que se desenvolvia na Europa e nos EUA. Ainda que de certo modo a teoria apareça com intenção de ser adaptada, Gudin propunha mesmo uma transmissão do pensamento econômico dos países centrais para os periféricos.

Terceiro, de um ponto de vista institucional, Gudin articulou política e intelectualmente a formalização da graduação em economia no Brasil, na década de 1940.⁸ Para além dos debates com o Ministro da Educação à época, Gustavo Capanema, Gudin garantiu que o currículo proposto adquirisse chancela internacional, apresentando-o pessoalmente à avaliação de membros do corpo de professores da Universidade de Harvard (CHACEL, 1979, p. 35). Essa avaliação ilustra a necessidade que ele tinha de procurar nos países centrais o que havia de melhor em termos de ciência econômica para reproduzir no Brasil.

Estabelecidos esses parâmetros sobre a carreira de Gudin, no que segue, analisamos brevemente suas mais importantes ideias econômicas, com atenção especial aos seus conceitos centrais. Depois, mostramos as interpretações realizadas pelos analistas e por aqueles que pretenderam historiar as ideias de Gudin. Dentro disso, classificamos as tentativas dessa literatura que procurou localizar o economista no mundo do pensamento econômico em três diferentes categorias.

3.1. UMA SÍNTESE DOS PRINCÍPIOS TEÓRICOS DE GUDIN

Os esforços de Gudin sempre se direcionaram à solução dos problemas que ele identificava na economia brasileira. Aqui sustentamos que o principal problema para Gudin em relação à economia nacional era a inflação crônica. Como será verificado na Seção 3.3, o seu maior objetivo era debelar esse processo contínuo de aumento de preços que assolava o Brasil. A sua concepção do processo inflacionário era um produto da integração entre o

⁸ Para maiores informações acerca desse episódio histórico, incluindo o currículo original desenvolvido por Gudin, ver Chacel (1979, p. 42-45).

diagnóstico específico que possuía para a economia nacional e as teorias que havia importado do exterior.

Gudin parte da ideia que a economia brasileira seria integrante do conjunto de *economias reflexas*, termo por ele cunhado para representar as economias cujos desempenhos seriam condicionados pela performance das economias líderes ou centrais. A ideia que subjaz o argumento parte do princípio de que as fases do ciclo pelas quais passam as economias líderes reverberam de maneira severa nas economias reflexas (GUDIN, 1947, p. 276; 1954, p. 285). Como resultado, parcela considerável do comportamento da economia brasileira estaria completamente à mercê de decisões políticas e econômicas tomadas pelas economias líderes. Os formuladores de política brasileiros seriam, então, responsáveis por tentar condicionar apenas uma parte da performance econômica do país⁹ (Lecture by Dr Eugênio Gudin for the Cordoba and Harvard Students, 17 de julho de 1940, Arquivos Pessoais de Eugênio Gudin, EUG pi GUDIN, E. 1940.07.17).¹⁰

Embora o estabelecimento de uma relação de causalidade não se mostre intuitivo, a tese da economia reflexa de Gudin estava em larga escala condicionada por suas considerações sobre dois fatos que constatava na economia brasileira: a existência do que chamava de *hiperemprego* e a *baixa produtividade do trabalho*.¹¹ Apesar de não haver uma definição explícita e bem formalizada de tais conceitos em seus livros e artigos, os escritos de Gudin e outros documentos nos permitem inferir seu significado.

O documento de Gudin que caracteriza melhor o hiperemprego é o apresentado no debate no qual o autor se engajou no nono encontro da Mont Pèlerin Society (doravante MPS)¹², em que teceu considerações sobre o processo inflacionário brasileiro. Hiperemprego pode ser entendido como a situação na qual o nível de ocupação da força de trabalho em um país flutua entre 95% e 105%, de modo que a média seja 100%. Um nível de ocupação superior a 100% seria possível através da integração de camadas inativas da sociedade à força de trabalho. *In verbis*: “*The fluctuations result from the fact that persons who do not work under ordinary conditions become willing to do so (housewives, retired people, etc.) under*

⁹ Furtado (1996, p. 74) defendia que a teoria da economia reflexa seria equivalente à teoria da dependência desenvolvida nos anos 1960 por economistas da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (doravante CEPAL). Para maiores esclarecimentos sobre a teoria da dependência, ver Bielschowsky (2000, p. 41).

¹⁰ Essas referências dizem respeito aos textos que obtivemos nos arquivos pessoais de Gudin, guardados pelo Centro de Documentação da Fundação Getúlio Vargas.

¹¹ Ponto amplamente explorado na conhecida *Controvérsia do Planejamento na Economia Brasileira*. Para mais informações sobre esse evento da história do pensamento econômico brasileiro, ver Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (2010).

¹² A natureza da MPS será descrita na Seção 5.1.

the pull of strong demand’ (On inflation, 10 de setembro de 1958, Arquivos Pessoais de Eugênio Gudin, EUG pi THE MONT PELERIN SOCIETY 1958.09.13). Assim, Gudin sempre rejeitou a hipótese de que o nível de emprego no Brasil seria comprometido por uma insuficiência de demanda e, logo, apontava para o seu ceticismo em relação à tese do desemprego disfarçado (*disguised unemployment*) como representante do caso brasileiro.

Essa rejeição ao desemprego disfarçado tem relação com outro pilar da economia positiva de Gudin no que diz respeito à economia brasileira: a baixa produtividade. Em sua opinião, a distinção entre o caso brasileiro e a situação do desemprego disfarçado concebida por Joan Robinson seria fundamental. De acordo com a autora britânica, o desemprego disfarçado emergiria em resposta a um declínio na demanda efetiva, com os trabalhadores sendo direcionados a atividades cuja produtividade seria menor que a produtividade de suas ocupações anteriores, tendendo a zero em casos extremos (ROBINSON, 1936, p. 225-226). A diferença entre as duas ideias foi mais de uma vez discutida por Gudin, que condenava veementemente aqueles que explicavam as vicissitudes brasileiras através do desemprego disfarçado.¹³ Segundo Gudin, o desemprego disfarçado não seria possível em nações nas quais a relação terra/população fosse relativamente grande (Agriculture: South America, 12 de setembro de 1958, Arquivos Pessoais de Eugênio Gudin, EUG pi THE MONT PELERIN SOCIETY 1958.09.13; Gudin para Viner, 3 de agosto de 1956, Viner Papers, Box 12, Folder 15; PLEHWE, 2009b, p. 260).¹⁴

Dessa forma, Gudin entendia que o cenário brasileiro seria mais compatível com o caso da baixa produtividade. Dada a estrutura rudimentar da economia brasileira, baseada em atividades primárias, e dada a constatação de que o Brasil era intensivo no fator necessário para a produção agrícola, isto é, terra, desempregar um trabalhador teria como resultado uma efetiva diminuição na produção total do país, que apresentaria terra ociosa e deixaria de alcançar sua fronteira de possibilidades de produção. Se, ao contrário, houvesse desemprego disfarçado, a produtividade de um trabalhador tenderia a zero, de forma que esse mesmo decremento no nível de emprego não teria efeito algum sobre o nível de produto (Agriculture: South America, 12 de setembro de 1958, Arquivos Pessoais de Eugênio Gudin, EUG pi THE MONT PELERIN SOCIETY 1958.09.13).

¹³ Essa consideração pode ser estendida a Roberto Simonsen e a todos aqueles que acreditavam que os salários eram baixos no Brasil por haver excesso de mão de obra alocada na agricultura, que seria uma atividade de baixa produtividade. Na opinião dele, essa ideia dos latino-americanos vinha de “*a recurrence of the long repeated, resilient and unscientific argument of Manoilescu [sic]*” (Agriculture: South America, 12 de setembro de 1958, Arquivos Pessoais de Eugênio Gudin, EUG pi THE MONT PELERIN SOCIETY 1958.09.13).

¹⁴ Os arquivos de Viner são referentes ao seu acervo, mantido pela *Seeley G. Mudd Manuscript Library*, da Universidade de Princeton.

Tal caracterização da economia brasileira ainda serviu ao propósito de negar a hipótese oriunda dos trabalhos de Mihail Manoilescu, segundo a qual a industrialização seria a única forma de um país atrasado (ou reflexo) se desenvolver. Gudin, em suas tentativas de desconstruir tal visão,¹⁵ defendia que “*To compare labour productivity in a properly equipped factory with that of a man on the land who is only provided with an axe and a hoe is like comparing the productivity of high grade agriculture with that of an artisan with a manual loom*” (Agriculture: South America, 12 de setembro de 1958, Arquivos Pessoais de Eugênio Gudin, EUG pi THE MONT PELERIN SOCIETY 1958.09.13). Não necessariamente, portanto, o Brasil precisaria de indústrias, mas sim de aumento da produtividade. Isso poderia ocorrer mesmo na agricultura, levando o país a um nível mais elevado de renda per capita. Lembramos que o trabalho de Manoilescu era inspiração para o outro engenheiro e economista autodidata que travaria um importante debate com Gudin, Roberto Simonsen (CURI & CUNHA, 2015, p. 84; LOVE, 1996, p. 149)

3.2. TRÊS INTERPRETAÇÕES DO PENSAMENTO DE GUDIN

É consensual que, se alicerçando sobre a Lei Ricardiana das Vantagens Comparativas, Gudin advogava em favor do *laissez-faire* e, em especial, de soluções que expandissem a economia de mercado, algo que lhe rendeu tanto críticos virulentos como adeptos ferrenhos (BORGES, 2000, p. 107). Considerado esse aspecto bastante geral de sua posição ideológico-econômico-política, são várias as avaliações que foram feitas sobre as ideias de Gudin. Aqui, classificamos os trabalhos que tratam das ideias de Gudin em três categorias.¹⁶

A primeira abordagem à obra de Gudin é a que se encontra entre os seus pares identificados com o apoio ao ideário liberal. Essa parte da literatura apresenta como particularidade o caráter apologético ao papel pioneiro desempenhado por Gudin no estabelecimento de ideias liberais. Por essa razão, para além da apresentação da teoria econômica por ele proposta, esses trabalhos preocupam-se bastante com sua biografia. Nessa categoria incluímos a sua recente biografia, de autoria de Márcio Scalercio e Rodrigo de Almeida (2012), *Eugênio Gudin, Inventário de Flores e Espinhos, Um liberal em Estado*

¹⁵ Definindo o Brasil como um “paraíso de Manoilescu”, Gudin pediu auxílio de alguns dos *big shots* internacionais em sua luta contra a tese da industrialização a qualquer custo. “*Naturally, I am considered Industry’s n° 1 enemy, which is not true, because I am only enemy number one of low productivity and high prices*” (Gudin para Viner, 29 de janeiro de 1959, Viner Papers, Box 12, Folder 15).

¹⁶ Essa literatura se concentra quase exclusivamente no Brasil. As poucas publicações internacionais com referência ao trabalho e à vida de Gudin serão incluídas em umas das categorias prestes a ser exposta.

Puro. Porém, o livro mais importante nesse sentido é *Eugênio Gudin visto por seus Contemporâneos*, para o qual contribuem, entre outros, Mário Henrique Simonsen, Octávio Gouvêa de Bulhões, Roberto Campos e Alexandre Kafka. Apesar do livro apresentar capítulos dedicados às análises teóricas do que Gudin escreveu ou mesmo das teorias das quais se aproximou, o tom dominante é o biográfico e o de reconhecimento de seu pioneirismo como economista e liberal.

A influência liberal, ainda que num tom menos apologético, também aparece nas entrevistas do livro *Conversas com Economistas Brasileiros*, organizado por Ciro Biderman, Luís Cozac e José Márcio Rego (1996). Nele, Roberto Campos (1996, p. 38), Eduardo Gianetti da Fonseca (1996, p. 383) e Mário Henrique Simonsen (1996, p. 192) ilustram o papel central ocupado por Gudin na educação de jovens economistas e na defesa de uma economia de mercado com pouca intervenção governamental.¹⁷

Contudo, não se pode dizer que esses economistas seguiram algo como uma escola ou mesmo o pensamento gudiniano de modo mais específico. Como bem resume Maria Angélica Borges (1996, p. 264): “Gudin aglutinou ao seu redor os adeptos do neoliberalismo, de diferentes matizes. Não chegou a formar uma escola teórica de economia, [...] [mas] criou um escudo de aço em torno do seu nome para a defesa do capitalismo liberal, onde abrigou e até hoje abriga vários nomes”.

A segunda interpretação, representada exatamente pelo trabalho de Maria Angélica Borges (1996), se encontra no que pode ser entendido como o oposto da leitura liberal. Trata-se de uma leitura de corte marxista, que avalia o pensamento gudiniano sob a égide do ambiente político no qual o autor estava imerso. De acordo com Borges (1996, p. 45-46; 2000, p. 110), o *modus operandi* do pensamento de Gudin é marcadamente ideológico e defensor do *status quo*. Borges usa o que nomeia como “capitalismo naturalista” para explicar o ideário de Gudin.

O capitalismo naturalista de Gudin baseava-se, para Borges (1996, p. 45), na compreensão que a humanidade havia atingido o *fim da história*, decorrente do fato que a técnica de produção mais racional e eficiente possível, isto é, o capitalismo livre-cambista, teria sido posta em operação. Destarte, qualquer teoria que fosse de encontro ao pressuposto ortodoxo das vantagens comparativas produziria nada além de uma inútil ilusão científica. Adicionalmente, Borges (2000, p. 111-112) entende que aquilo que julga um pretenso

¹⁷ É preciso dizer que Campos (1994, p. 237), em sua autobiografia, vai ao ápice da abordagem apologética. Por exemplo, ele diz: “Ninguém exerceu maior influência sobre minha formação do que Eugênio Gudin. Foi a mais multifacetada das figuras, capaz de combinar a um tempo a intensidade do raio laser e a alegria cromática do arco-íris”.

refinamento intelectual de Gudin, conjugado ao objetivo de se comunicar ideias econômicas numa linguagem acessível, seria desprovido de qualquer sofisticação teórica. O principal sustentáculo desse argumento é a constatação de que os escritos de Gudin, especialmente o PEM, representam simplesmente uma reformulação dos desdobramentos teóricos internacionais em macroeconomia e comércio internacional, adaptando-os à realidade da economia brasileira (BORGES, 1996, p. 49).

Nesse rol crítico, podemos também incluir o estudo de Cinthia Abrahão (1999), integrante do livro *Gudin-Bulhões-Furtado: Matrizes do Pensamento Econômico Brasileiro*. O tom de Abrahão, sempre ressaltando o lado liberal e conservador de Gudin, entretanto, é um pouco menos incisivo que o adotado por Borges. Apesar disso, Abrahão (1999, p. 59) não hesitou em classificar Gudin como um debatedor impaciente com os adversários e frio em suas ponderações, o que seria fruto de sua mentalidade de engenheiro.

Na terceira categoria, temos, em nossa opinião, poucos trabalhos. Consideramos essa vertente como a HPE mais moderna e menos afetada por preferências ideológicas ou de afinidade pessoal no tratamento da obra gudiniana. Nessa categoria, cuja natureza é mais propriamente historiográfica, o tratamento dado aos escritos de Gudin tem um caráter mais técnico. Os principais trabalhos nessa categoria são os publicados nacionalmente por Bielschowsky (1995; 2001) e uns poucos artigos internacionais que aparecem na HOPE e no *The Iberian Journal of the History of Economic Thought*.¹⁸ Dos artigos internacionais, nenhum é centrado na figura de Gudin.

As publicações de Mauro Boianovsky (2010, p. 233; 2012, p. 283, 286, 296), Chieza e Gaspary (2014, p. 21, 25), Haddad (1981, p. 667) e Loureiro (1996, p. 192-193), embora não se aprofundem nas nuances do pensamento do economista, colocam Gudin no contexto da controvérsia entre as abordagens estruturalista e monetarista latino-americanas. De acordo com esses autores, Gudin personificou, em meados do século XX, a resistência monetarista às teses estruturalistas da CEPAL, avançadas principalmente por Raul Prebisch e Celso Furtado. Roberto Simonsen também esteve na mira de Gudin, mas ele nunca foi um economista cepalino, sendo, na verdade, uma espécie de patrono do desenvolvimentismo brasileiro.¹⁹ Dentro disso, a controvérsia entre Gudin e Simonsen é objeto de análise de alguns artigos e, poderíamos dizer, até mesmo celebrada como um dos eventos fundadores do debate econômico mais aprofundado no Brasil. Mantega (1984, p. 30), por exemplo, liga

¹⁸ Não encontramos outras revistas estrangeiras que fizessem menção a Eugênio Gudin. Na HOPE, encontramos cinco artigos mencionando o economista, enquanto um artigo foi identificado no *The Iberian Journal of the History of Economic Thought*. Buscas nos mais relevantes jornais da HPE não apresentaram resultados.

¹⁹ Para o pensamento de Roberto Simonsen sobre a inflação, ver Curado e Cavalieri (2015).

explicitamente Gudin à defesa dos interesses agrários em tal controvérsia, enquanto Simonsen seria o representante dos interesses industrialistas, que cresceram bastante durante o governo de Vargas (1930-1945).

Voltando ao ponto propriamente referente à teoria macroeconômica, o que consideramos mais importante para a dissertação aqui apresentada, podemos dizer que as posições se resumem como se segue. Para os estruturalistas, as causas do crescimento desproporcional deveriam ser postas na conta do desequilíbrio no balanço de pagamentos (doravante BP). Alternativamente, o arcabouço gudiniano faz eco ao diagnóstico anti-CEPAL de Nurkse e condena a inflação como geradora de um crescimento econômico desbalanceado, sendo o desequilíbrio no BP apenas o intermediário, a variável de transmissão entre a causa (inflação) e o efeito (crescimento desbalanceado). Portanto, para Gudin, desequilíbrios no BP não seriam o principal causador de uma má performance econômica.²⁰ (BOIANOVSKY, 2012, p. 296). Especificamente, Gudin denunciava o processo inflacionário desestabilizador na América Latina como produto da substituição dos regimes oligárquicos por governos democraticamente eleitos a partir de arranjos políticos perversos (*quid pro quo arrangements*) (BOIANOVSKY, 2012, p. 302). O resultado disso seria uma combinação de total ausência de responsabilidade administrativa com populismo.

Ricardo Bielschowsky (1995, 2001) já analisa o pensamento de Gudin de modo mais abrangente, isto é, não só dentro do debate sobre o processo inflacionário, mas como contribuição para a literatura de desenvolvimento econômico. Bielschowsky (2001, p. 95) não vê Gudin como um teórico, mas como um economista prático por excelência, com posicionamentos muito fortes em relação à economia brasileira. Ele teria uma diferença fundamental em relação aos desenvolvimentistas, uma diferença que pode ser considerada de caráter metodológico ou mesmo ontológico. Enquanto os desenvolvimentistas procuravam elaborar uma teoria específica para o Brasil, ou para os países subdesenvolvidos da América Latina, Gudin pensava que a teoria econômica desenvolvida nos países centrais estava essencialmente correta. Em suas palavras, “as equações são as mesmas; apenas os parâmetros variam” (GUDIN, 1952b, p. 53). Seu discurso prático residia, então, sobre a noção que uma mesma teoria econômica serviria para países desenvolvidos e subdesenvolvidos. Tal teoria deveria, contudo, adaptar-se às diferentes estruturas políticas para que fossem feitas as corretas aplicações de políticas econômicas (BIELSCHOWSKY, 2001, p. 99). Os

²⁰ A literatura toma como dado que a inflação é o maior dos problemas econômicos para Gudin. Para maiores esclarecimentos sobre o assunto, consultar, por exemplo, Bielschowsky (1995, p. 67-70; 2001, p. 97), Campos (1994, p. 247), Furtado (1985, p. 143) e Kafka (1979, p. 49-50).

“parâmetros”, então, mudariam na aplicação para o Brasil, mas os princípios liberais sustentados por clássicos como David Ricardo e reeditados por economistas neoclássicos contemporâneos a Gudin, como Jacob Viner, se sustentariam, essencialmente intactos. É isso que ele defende, inclusive, em aula apresentada a estudantes das universidades de Harvard e Cordoba: os mesmos princípios econômicos se aplicam a todos os países (Lecture by Dr Eugênio Gudin for the Cordoba and Harvard Students, 17 de julho de 1940, Arquivos Pessoais de Eugênio Gudin, EUG pi GUDIN, E. 1940.07.17).

Essa teoria econômica singular endossada pelo ponto de vista liberal de Gudin pressupunha pleno-emprego – ou o seu “hiperemprego” - na economia brasileira (BIELSCHOWSKY, 1995, p.44; 2001, p. 93-94). Tal colocação, além de garantir consistência a suas formulações, emulava o preceito clássico que caracterizava a economia capitalista como funcionando sobre o nível de pleno-emprego/produto potencial. Por conseguinte, ele era firme em suas críticas ao desenvolvimentismo por caracterizar as falhas das economias periféricas como provenientes do desemprego. Ao contrário, a doença que afligia o sistema econômico brasileiro seria um produto, como postulado na Seção 3.1, do hiperemprego e da baixa produtividade, que Gudin reconhecia serem imperativos para a consistência de seu discurso.

Nessa dissertação nosso interesse recai principalmente sobre a teoria macroeconômica de Gudin. Assim, dentro disso, pensamos que um elemento interessante para resumir o que já foi escrito sobre o economista é reunir os rótulos pelos quais ele foi classificado dentro do pensamento econômico. Marcamos que a maior parte dessas classificações diz respeito à sua visão sobre economia monetária.

3.3. COMO A LITERATURA ROTULA GUDIN?

Nessa seção revisamos a literatura em busca de como os autores que trataram do pensamento de Gudin classificaram o economista em termos de sua *filiação teórica*. É curioso que suas ideias tenham sido classificadas numa multiplicidade de posições, as quais vão desde monetarista, mais compreensível do ponto de vista que conhecemos de sua posição ideológica, até desenvolvimentista, o que deve ser surpreendente sob qualquer ponto de vista.

A visão mais usual que se tem do pensamento econômico de Gudin é que ele teria sido um autor monetarista. Bielschowsky (1995, p. 67; 2001, p. 96), Boianovsky (2012, p. 283, 286, 316), Borges (2004, p. 136), Campos (1996, p. 38), Loureiro (1996, p. 192-193),

Mantega (1984, p. 12) e Scalercio e Almeida (2012, p. 207-208) são os principais autores que endossam essa visão. Todavia, nas opiniões desses analistas, a extensão da aderência de Gudin ao monetarismo varia.

Existem aqueles que acreditam que Gudin teria sido uma espécie de “monetarista convencional”. Nessa visão, a inflação no ideário gudiniano adviria exclusivamente de fenômenos monetários. Entre os defensores de Gudin como monetarista, Boianovsky (2012), Borges (2004), Campos (1996), Loureiro (1996) e Mantega (1984) são os que o classificam como *convencional*. Bielschowsky (1995, 2001) e Scalercio e Almeida (2012), porém, tratam-no como um “monetarista *não-ortodoxo*”, ou um monetarista com restrições sobre a relação proporcional e direta entre moeda e preços, além de assinalarem que ele não defendia uma visão puramente quantitativista (em termos da Teoria Quantitativa da Moeda, doravante TQM) (BIELSCHOWSKY, 1995, p. 67). Simonsen (1979, p. 93) vai ainda além dessas elaborações e coloca que, embora Gudin pareça ser um puro monetarista friedmaniano, na verdade ele teria formulado ideias muito mais amplas sobre a origem da inflação. Para Simonsen (1979, p. 108), um toque *neokeynesiano* pode ser identificado no tratamento que Gudin dá à teoria clássica da inflação.²¹

Outra interpretação dada ao trabalho de Gudin é que ele teria sido profundamente influenciado pela escola austríaca. Os autores identificados como subscritores dessa visão são Abrahão (1999, p. 21) e Campos (1979, p. 142; 1994, p. 242). De acordo com esses autores, a tradição paradigmática austríaca teria sempre sido a pedra de toque do pensamento econômico de Gudin, e, portanto, a principal norteadora das prescrições de políticas feitas pelo economista.²²

Alexandre Kafka (1979, p. 49-50) é o autor que representa a mais curiosa classificação sobre a filiação teórica de Gudin. De acordo com Kafka, Gudin teria sempre sido um *desenvolvimentista*, cujas preocupações com as distorções do crescimento econômico e com a justiça na distribuição de renda, para ele, geradoras de inflação no contexto brasileiro, se sobreporiam às demais. Pensamos que Gudin estava sim preocupado com a distribuição de

²¹ Gudin teve contato direto com Friedman no encontro da MPS em 1958, realizado em Princeton. Na ocasião, ele teve a oportunidade de debater com Friedman em alguns pontos relacionados à inflação. Gudin teria discordado de Friedman em alguns pontos (BOIANOVSKY, 2012, p. 289). A participação de Gudin nessa reunião da MPS será retomada no capítulo 5.

²² Duas inconsistências nos trabalhos de Abrahão e Campos devem ser apontadas. Primeiro, a colocação de Gudin como austríaco por Campos (1979, 1994) foi posteriormente contrariada pelo próprio Campos (1996, p. 38), que reconheceu Gudin como um monetarista convencional. Segundo, a forma com a qual Abrahão (1999, p. 21) delimita as escolas de pensamento acabou se mostrando um tanto quanto confusa. Aparentemente, ela coloca as abordagens austríaca e neoclássica como equivalentes. Se foi realmente isso o que ela quis dizer, não podemos deixar de notar que se trata de um significativo erro de compreensão da HPE.

renda e, por óbvio, com o crescimento, mas daí para afirmar que ele pertencia ao rol de desenvolvimentistas nos parece alargar demais o conceito de desenvolvimentismo. Kafka parece ter abusado da retórica nesse ponto. A ideia de que o desenvolvimentismo, o intervencionismo e o planejamento eram os principais “inimigos” no pensamento de Gudin é bem consolidada na literatura²³ (BIELSCHOWSKY, 1995, p. 42; 2001, p. 101; CAMPOS, 1996, p. 38; FURTADO, 1985, p. 143; 1996, p. 68-69).

A última definição do trabalho de Gudin – que nós julgamos ser a mais aderente à essência de seu pensamento – é a defendida por Celso Furtado. Em suas palavras: “Graças a seu sentido prático, [Gudin] não se perdia em disquisições *à la Viner*. Com facilidade deslizava para a heterodoxia na argumentação, mas sem jamais ceder nas conclusões, sempre conservadoras” (Furtado, 1985, p. 142). Essa dissertação adota um ponto de vista sobre o pensamento gudiniano que faz eco ao de Furtado. Para nós, Gudin não hesitava em usar argumentos heterodoxos, ou de qualquer linha de pensamento. Ele era essencialmente um homem prático, preocupado com a superação do subdesenvolvimento, a mesma preocupação de seus colegas desenvolvimentistas. Ademais, como não teve formação rigorosa ou rígida em economia, pois foi um autodidata, ele não se prendia ferrenhamente a nenhum paradigma teórico. Adotava diferentes ideias desde que elas não se contrapusessem aos seus pontos de vista conservadores e, mormente, livre-cambistas ou liberais. Já em termos políticos era, inequivocamente, um conservador.

Os diferentes enquadramentos do pensamento de Gudin encontram-se resumidos no quadro 1. De fato, quase todos eles são plenamente justificáveis e defensáveis do ponto de vista das influências teóricas atuantes sobre o pensamento de Gudin – exceto, em nossa opinião, o rótulo de desenvolvimentista. Retrato disso é que a sua mais importante construção acadêmica, o PEM, apresenta referências a indivíduos dos mais variados espectros teóricos.

São seis os rótulos representados. A maior parte da literatura subscreve aos rótulos de monetarista ou austríaco. A classificação *monetarista*, ainda, subdivide-se em duas: convencional e não-ortodoxo. Interessante notar também que Simonsen é o único a perceber alguma espécie de *neokeynesianismo* em Gudin. Ressaltamos, em vermelho, todavia, a caracterização a que somente Furtado subscreve, isto é, a de que Gudin era um teórico pragmático. Se Furtado era o único a defender esse ponto de vista, agora, ele tem companhia: para nós, também, Gudin não se prendia a uma única escola de pensamento.

²³ O termo desenvolvimentista se refere, em economia, a uma linha de raciocínio específica, a qual pode ser relacionada à atuação dos economistas da CEPAL. Para estudos já bem estabelecidos tentando definir o conceito de desenvolvimentismo, ver Fonseca (2004, 2015).

No capítulo que segue, consideramos que a compreensão do ambiente intelectual efervescente vivido pela ciência econômica mundial é condição *sine qua non* para que se possa avaliar as ideias que Gudin adaptou e transmitiu para o Brasil. Mais detidamente, a análise do surgimento da teoria keynesiana transmitida *para e por* Gudin no Brasil somente se faz possível se apreendida como um subproduto de um momento teórico internacional. Esse era o momento de formação do *mainstream* que dominaria a ciência econômica durante a maior parte do século passado. Por isso, para que se faça possível a análise do PEM dentro de uma justa contextualização, julgamos ser necessária a exposição da evolução da teoria macroeconômica que lhe foi contemporânea.

Quadro 1 – Múltiplas perspectivas sobre a filiação teórica de Gudin

Autor	Rótulo					
	Austriaco	Desenvolvimentista	Monetarista		Neokeynesiano	Pragmático
			Convencional	Não-ortodoxo		
Abrahão, 1999, p. 21	X					
Bielschowsky, 1995, p. 67				X		
Bielschowsky, 2001, p. 96				X		
Boianovsky, 2012, p. 283, 286, 316			X			
Borges, 2004, p. 136			X			
Campos, 1979, p. 142	X					
Campos, 1994, p. 242	X					
Campos, 1997, p. 38			X			
Furtado, 1985, p. 142						X
Kafka, 1979, p. 49-50		X				
Loureiro, 1996, p. 192-193			X			
Mantega, 1984, p. 12			X			
Rodrigues, 2005, p. 30	X					
Scalercio, 2012, p. 207-208				X		
Simonsen, M. H., 1979, p. 93, 108					X	

Fonte: Elaborado pelo autor

4. O NASCIMENTO DA MACROECONOMIA: KEYNES E O MAINSTREAM DOS ANOS 1940 AOS ANOS 1970

Malcolm Rutherford e Mary Morgan (1998), no artigo que talvez seja aquele que melhor caracteriza a ciência econômica norte-americana no período entreguerras (1918-1939), destacam que esse período do pensamento econômico poderia ser rotulado com a expressão “pluralismo genuíno” (*genuine pluralism*). Segundo eles, nesse tempo, diversas teorias dividiam o espaço acadêmico e nenhuma delas exercia uma dominância incontestada sobre o campo do conhecimento econômico. Economistas de cortes clássico, neoclássico (ou ainda marginalista), institucionalista e eclético ocupavam de maneira mais ou menos igualitária o cenário econômico nos Estados Unidos. Pode-se até mesmo defender a tese de que praticamente todos eram ecléticos em algum grau. Alguns deles, como Frank Knight, desafiavam qualquer tentativa mínima de rotulação (BACKHOUSE, 1998, p. 85).

Em maior detalhe, podemos dizer que nesse diversificado ambiente intelectual, pluralismo significava variedade em diversas dimensões. O ecletismo e a coexistência de várias abordagens podiam ser vistos nas crenças pessoais, nos métodos, nas teorias esposadas e utilizadas, nas ferramentas e nas recomendações de políticas. Mais do que simplesmente representar um embate entre indivíduos, o pluralismo se encontrava na abordagem de cada economista (MORGAN & RUTHERFORD, 1998, p. 4).

Não obstante, a ocorrência e as repercussões da Grande Depressão dos anos 1930 foram um ponto de inflexão para os que tentavam compreender o mundo econômico. Talvez o maior efeito da Grande Depressão tenha sido expulsar as teses de matiz mais liberal, livre-cambistas e anti-intervencionistas do centro da teoria. A intervenção estatal e o planejamento da economia, que já eram objetos bastante estudados na década de 1920, definitivamente passaram a ocupar o primeiro plano no pensamento econômico (BALISCIANO, 1998, p. 153; MORGAN & RUTHERFORD, 1998, p. 5; ROBINSON, 1972, p. 3).

Spengler (1970, p. 134) defende que a manifestação de um fenômeno socioeconômico geralmente precede a sua conceituação e respectiva incorporação ao debate científico. Embora possam ser identificados alguns casos nos quais a teoria antecede a realidade, esse nexo invertido de causalidade, da realidade para a teoria, parece mesmo ser a regra no mundo do conhecimento econômico. Alguns economistas, apesar disso, sustentam como fático que isso é na maior parte do tempo apenas um ideal, de forma que seriam as soluções científicas a precederem os problemas concretos (LAIDLER, 1999, p. 323).

No caso da crise dos anos 1930, esse nexos de causalidade nos permite fazer duas constatações. Primeiro, que a Grande Depressão foi o elemento principal que desencadeou o movimento que viria a ser posteriormente chamado de *revolução keynesiana*.²⁴ Segundo, que as políticas econômicas ativas de correção do ciclo, usualmente ligadas a tal revolução, haviam sido articuladas e postas em prática antes de 1936, e, portanto, antecederam a publicação da obra seminal de Keynes (LAIDLER, 1999, p. 323; ROBINSON, 1972, p. 3). Como posto por Blaug (1991, p. 176), a política de ‘*spending America out of depression*’ já havia sido essencialmente completada quando a obra de Keynes chegou às livrarias. Parece que o movimento, ou melhor, a indicação de políticas que ficariam conhecidas como keynesianas aconteceu de forma independente do lançamento das ideias de Keynes na TG.

Apesar dessa precedência temporal, não há dúvida que a sofisticada e coerente sistematização do fenômeno do ciclo macroeconômico e de algumas soluções que já vinham sendo aplicadas respondeu por parcela razoável do rápido sucesso da TG. Embora essa realidade chamasse a atenção para o livro, para que se pudesse garantir maior penetrabilidade à obra, o keynesianismo teria que atender a outros critérios, tais como simplicidade, generalidade e capacidade de previsão mais eficiente que a dos seus rivais, especialmente em relação àqueles que Keynes chamou de clássicos. Nesse sentido, a Segunda Guerra Mundial serviu para estampar a aderência da teoria à realidade, ao passo que os revolucionários keynesianos conferiram a ela as necessárias simplicidade e generalidade (BLAUG, 1991, p. 188; LAIDLER, 2006, p. 51). É claro que essa generalidade e simplicidade devem ser consideradas a partir do ponto de vista do ideário ontológico, metodológico e teórico dos economistas envolvidos. Sendo assim, colocar em termos mais simples e gerais significa, em boa medida, transformar a teoria de maneira que ela se coadune com o que Kuhn chamaria de matriz disciplinar dos economistas de uma certa época.

Seguindo o reconhecimento de Backhouse (2006, p. 19), então, nós acreditamos que a revolução keynesiana foi fulcral para o redirecionamento da ciência econômica e constituiu, assim, o principal traço da macroeconomia do século XX. Ademais, essa revolução está sendo considerada, aqui, em oposição a Blaug (1991, p. 184-185), como sendo uma revolução

²⁴ De acordo com Backhouse (2006, p. 21), Backhouse e Boianovsky (2015, p. 18) e Laidler (1999, p. 3), a expressão *revolução keynesiana* foi cunhada por Lawrence Klein, em livro de 1947, chamado *The Keynesian Revolution*. Esse livro é um desdobramento de tese apresentada ao *Massachusetts Institute of Technology* (doravante MIT), sob orientação de Paul Samuelson. Todavia, uma busca rápida na base da JSTOR nos mostra que esse termo já havia aparecido em dois artigos, publicados em 1942. À altura que a tese de Klein foi apresentada, em 1944, o termo *revolução keynesiana* já havia sido utilizado por Dudley Dillard (1942, p. 66) e por Martin Bronfenbrenner (1942, p. 558). Por outro lado, é inegável que Klein foi fundamental para que essa expressão se difundisse na academia.

teórica, ao invés de ser (apenas) uma revolução normativa na prescrição de políticas.²⁵ Nos anos que se seguiram à publicação da TG, o debate (macro)econômico concentrar-se-ia mais e mais na discussão das propostas keynesianas e nas tentativas de tratá-las de maneira mais formal. Certamente, a velocidade com que essa nova teoria econômica conquistou a academia foi um evento sem precedentes, de forma que a revolução keynesiana pode ser entendida como um caso extremamente raro de redirecionamento abrupto, ou mesmo ruptura na história das ciências sociais (BLAUG, 1991, p. 171; COLANDER & LANDRETH, 1996, p. 2).

É bem verdade que, como apontado por Blaug (1991, p. 180), a macroeconomia já existia em bases pré-keynesianas, sendo essencialmente formada pela junção da TQM com diversas teorias do ciclo de negócios. É também muito razoável admitir que, como Dimand (2010, p. 306) advoga através de um exercício contrafactual, se Keynes nunca tivesse escrito a TG, provavelmente ferramentas como as contas nacionais teriam sido criadas por economistas como Simon Kuznets, e a macroeconometria teria sido idealizada por nomes como Jan Tinbergen, Ragnar Frisch, Trygve Haavelmo e Tjalling Koopmans. Ainda que sugestivos, acreditamos que essas observações não são suficientes para fazer frente ao fato que, como coloca eloquentemente Leijonhufvud (1968, p. 3): “*no other economic work in this century has been the subject of anything even approaching the vast outpouring of commentary and criticism that the General Theory has received*”.

Outros autores reconhecem a mesma importância da TG e do trabalho de Keynes, mas de maneira crítica. Por exemplo, Hoover (2003, p. 413) ratifica a visão da dominância das ideias keynesianas, mas condena o que chama de estado letárgico no qual o debate econômico foi deixado nos 25 anos do pós-guerra graças ao advento da TG. Alternativamente, Barro (1989, p. 263) e Snowdon e Vane (2005, p. 230) reconhecem que teorias concebidas nesse período foram completamente ignoradas por algum tempo, como no caso da hipótese das expectativas racionais avançada por John Muth nos anos 1960. No quarto de século que se

²⁵ Colander e Landreth (1996) apresentam pontos de vista controversos sobre a existência e a intensidade das revoluções “*menores*” que integram a revolução keynesiana. Primeiro, entre as páginas 1 e 3, parece que os autores acreditam que os aspectos teóricos e políticos estão entrelaçados e não podem existir sozinhos. Em um segundo momento, nas páginas 15-16, eles defendem que nunca houve uma revolução teórica pura e que a revolução política teria servido unicamente ao propósito de guiar as políticas adotadas. E terceiro, na página 17, eles colocam a revolução teórica como a *primeira fase* da revolução keynesiana. Entretanto, nós mantemos o argumento que a revolução keynesiana marcou uma revolução teórica. O argumento mais interessante desenvolvido pelos autores é a caracterização da revolução keynesiana primariamente como uma *revolução pedagógica*. Por fim, Colander e Landreth dão tratamento especial à Keynesianização da América (*Keynesianization of America*) – trataremos esses detalhes mais profundamente na Seção 4.3.

segiu à Segunda Guerra Mundial, portanto, o modelo keynesiano ortodoxo era “*the only game in town*”.²⁶

Destarte, em consonância com a massiva literatura de história da macroeconomia, nós adotamos aqui a ideia que a economia keynesiana permeou e materializou em si mesma o estado da arte da macroeconomia mainstream entre anos 1940 e os anos 1970.

É importante notar, contudo, que a economia keynesiana e a economia de Keynes são arcabouços teóricos diferentes e, de certa maneira, conflitantes. Axel Leijonhufvud, em seu livro seminal de 1968, intitulado *On Keynesian economics and the economics of Keynes*, reconhece esse fato a partir da constatação que a *economia keynesiana* e a *economia de Keynes* haviam se tornado algo distante de um corpo científico homogêneo. Subscrevemos aqui à tese leijonhufvudiana segundo a qual a economia de Keynes, como originalmente idealizada, diferia consideravelmente da economia keynesiana, representada pelo hegemônico modelo IS-LM de Hicks-Hansen, chamado por ele (1968, p. 8) de *income-expenditure theory*.

4.1. A TEORIA DE KEYNES: MARSHALLIANA OR WALRASIANA?

No plano teórico, podemos fazer uso da retrospectiva para enunciar a dicotomia entre a *economia keynesiana* e a *economia de Keynes* como uma dicotomia entre as interpretações walrasiana e marshalliana de seu pensamento²⁷ (KING, 2002, p. 12). Aplicando a terminologia de Leijonhufvud a esses dois conceitos, a *economia keynesiana* seria equivalente à interpretação walrasiana de Keynes, ao passo que a *economia de Keynes*, que responde pela própria essência de seu pensamento, constituir-se-ia, assim, no keynesianismo marshalliano.²⁸ Embora anacrônica, essa equivalência retrospectiva entre os conceitos avançados por King e Leijonhufvud nos permite analisar as primeiras reações à TG sob o prisma desenvolvido por esse último. O embate travado por essas duas interpretações em busca da hegemonia data imediatamente da publicação da TG, ou, de acordo com King (2002, p. 12), pode até mesmo ser que a tenha precedido.

²⁶ Barro (1989, p. 263) e Snowdon e Vane (2005, p. 230) afirmam isso em relação aos anos 1960. A extensão desse termo ao período 1940-1970 é de nossa responsabilidade.

²⁷ King (2002, p. 12) conceitua, na verdade, interpretações walrasiana e não-walrasiana de Keynes. A transformação da interpretação *não-walrasiana* em *marshalliana* é de nossa responsabilidade.

²⁸ Esse esforço de integração entre a teoria de Keynes e o arcabouço walrasiano prevalente viria a ser chamado de “*síntese neoclássica*” por Paul Samuelson, em 1955, na terceira edição do seu *Economics*. Apesar dessa tentativa de reconciliação teórica, Snowdon e Vane (2005, p. 21) ressaltam que “[...] *Keynesian macroeconomics and orthodox neoclassical microeconomics integrated about as well as oil and water*”.

De Vroey (2004, p. 71-72) fornece uma teoria alternativa a essa dicotomia. Partindo do pressuposto que seria um erro inferir que qualquer modelo de equilíbrio geral é necessariamente walrasiano, o autor tece um refinado argumento enumerando os motivos pelos quais ele acredita que o arcabouço IS-LM e a economia keynesiana deveriam ser entendidos como um modelo de equilíbrio geral de origem marshalliana.

No entanto, nós cremos que o modelo IS-LM é a elaboração teórica walrasiana do pensamento de Keynes. Nosso desacordo com a tese desenvolvida por De Vroey baseia-se em dois pontos: primeiro, as elaborações de Marshall são indissociavelmente compostas por análises de equilíbrio *parcial*. Portanto, da mesma forma que seria controversa a construção de um modelo walrasiano de equilíbrio parcial, a construção de um modelo marshalliano de equilíbrio geral pode se mostrar um equívoco. Segundo, De Vroey defende que cada um dos mercados no modelo IS-LM possui um ponto independente de equilíbrio. Pode ser que, de fato, os lados monetário e real da economia se equilibrem de forma autônoma, mas o equilíbrio do *sistema* somente pode ser alcançado no modelo quando os níveis de taxa de juros e de renda equilibram *simultaneamente* as curvas IS e LM.

Posto isso, há, ainda, um outro aspecto dos escritos de Keynes que alimenta essa controvérsia. Trata-se da verificação da transparência do pensamento keynesiano visando a compreender se ele teve sucesso em evitar que concepções metodológico-teóricas concorrentes fossem capazes de encontrar asilo no modelo que ele – informalmente – desenvolvera.

De acordo com Laidler (1999, p. 105), as credenciais de Keynes como um herdeiro intelectual do pensamento marshalliano são inquestionáveis. Não por acaso, Keynes repetidas vezes proclamou o profundo respeito que cultivava por Marshall, que fora seu professor em Cambridge. No momento em que Keynes se tornou um pesquisador autossuficiente, entretanto, a teoria neoclássica já havia se desviado radicalmente da tradição marshalliana que havia predominado no Reino Unido entre 1890 e 1914. O formalismo de Walras, então, substituiu, a especificidade teórica de Marshall (HUTCHISON, 1955, p. 12-13; LEIJONHUFVUD, 1999, p. 4; 2006, p. 58).

Àquela altura, a teoria regida pelo equilíbrio geral walrasiano havia se tornado o arcabouço teórico dominante nas ciências econômicas, capaz de integrar em si até mesmo as ferramentas desenvolvidas pelo equilíbrio parcial de Marshall. A representatividade de Walras tornou-se tão grande que, alguns, como Koppl (1995, p. 43), chegam a tê-lo como o Isaac Newton da economia neoclássica.

Em artigo publicado na HOPE, De Vroey (2009) argumenta que essas estruturas teóricas não eram compatíveis entre si.²⁹ De um lado, havia a visão idealista de Walras segundo a qual o raciocínio teórico deve ser invariavelmente positivo, pois seu propósito é lidar com situações ideais, nas quais há liberdade suficiente para que falhas não existam. De outro, como reconhecido pelo próprio Keynes, as realizações teóricas de Marshall estiveram sempre assentadas sobre a ideia que a teoria econômica de nada vale se desconectada de sua correspondência ao mundo real. Nesse sentido, Keynes, seguindo os ensinamentos de seu mestre, preferiria ater-se à relevância e, portanto, ao *realismo*, ao invés de aderir ao *idealismo* de resultados teóricos elegantes (DE VROEY & HOOVER, 2004, p. 2; KEYNES, 1924, p. 342; KOPPL, 1995, p. 49; MINI, 2002, p. 32).

Não obstante, o marshalliano Keynes não foi capaz de defender sua teoria de interpretações walrasianas, que acabaram por emergir à posição hegemônica. Apesar do quão contraditório isso possa parecer, Blaug (1991, p. 181) elege precisamente tais flexibilidade e fertilidade como parte das principais forças da TG. Embora Keynes não fosse walrasiano, seu sistema se apresentava pronto para a acomodação de uma formulação fundada no equilíbrio geral. Assumimos aqui ser esse o caso do difundido modelo IS-LM.

4.2. O MITO DA REVOLUÇÃO KEYNESIANA

Baseando-se na supracitada dicotomia, Laidler (1999, p. 3) nos fornece uma visão alternativa e controversa da revolução keynesiana. A tese por ele avançada é a de que “[...] *the re-arrangement of ideas to which it [the Keynesian revolution] refers was neither revolutionary in the usual sense of the word nor by any means uniquely Keynesian in origin*”.³⁰ Como resultado, a multiplicidade de ideias pré-keynesianas reunidas e reorganizadas na TG foi ainda mais sintetizada e acabou por se resumir no modelo IS-LM e na tese da estagnação secular de Hansen.³¹ Segundo ele, isso teria causado à economia de Keynes a perda de sua essência. O IS-LM tornou-se, então, hegemônico, e o próprio retrato walrasiano da economia keynesiana. Efetivamente, a centralidade adquirida pela formulação

²⁹ De Vroey (2004) já havia apresentado um esboço dos principais argumentos subjacentes ao seu argumento. No artigo de 2009, porém, ele se dedicou a delimitar cada um dos dois paradigmas para impedir que os dois se tangenciassem em pontos nos quais são incompatíveis.

³⁰ Backhouse (2000, p. 151), mesmo que não inteiramente, subscreeve a essa tese.

³¹ Hansen (1939, p. 4) define a essência da estagnação secular como “[...] *sick recoveries which die in their infancy and depressions which feed on themselves and leave a hard and seemingly immovable core of unemployment*”.

IS-LM do pensamento keynesiano foi tão grande que o ensino da macroeconomia passou a ser condicionado mais por essa abordagem do que pelos próprios escritos de Keynes (BACKHOUSE & BOIANOVSKY, 2015, p. 22; DIMAND, 2010, p. 290).

Nesse sentido, a palavra “*fabricating*” foi cuidadosamente escolhida por David Laidler para intitular seu livro, *Fabricating the Keynesian Revolution*, publicado em 1999.³² O intuito do autor ao dar esse título era apontar para o fato que o emprego da expressão ‘revolução keynesiana’ vem sempre carregado com um sentido de “mitologia” (*myth-making*). Como reportado por Laidler (1999, p. 3-4) e Snowdon e Vane (2005, p. 9), o decorrente *mainstream* keynesiano não viria a ser propriamente keynesiano, mas alicerçar-se-ia em ideias pré-keynesianas e nos desdobramentos da teoria de Keynes. Revolução keynesiana é, então, o nome dado a um movimento intelectual muito mais profundo e multifacetado do que usualmente se leva em consideração. Destarte, ainda que Keynes seja a peça central da macroeconomia que emergiria após a publicação da TG, ele esteve longe de ser o único arquiteto desse projeto inovador. De acordo com os autores, a *fabricação* do mito da revolução keynesiana consistiu em particularidades hermenêuticas que reservaram somente a Keynes os louros do sucesso atingido pelos *eventos intelectuais dos anos 1930*.³³ O falso silogismo reside na falsa premissa que o epíteto *revolução keynesiana* seja suficiente para remontar a Keynes as origens do modelo IS-LM e, mais, a fundação de toda a macroeconomia enquanto disciplina (BACKHOUSE, 2006, p. 37; LAIDLER, 1999, p. 3-4).

Contudo, em argumento que se aproxima do argumento de Blaug sobre a ‘flexibilidade’ da TG, Leijonhufvud (1968, p. 10-11) reconhece que há espaço para ‘diferentes interpretações de Keynes’. Ao contrário de Blaug, entretanto, Leijonhufvud reprovou tal característica, em vez de apontá-la como uma *força* do livro. A falha de Keynes em prover um modelo bem-acabado, somada a uma obra que teria sido “mal escrita”, engendrou imprecisões de arranjo e apresentação que levaram a problemas de interpretação. Por isso, Leijonhufvud defende que a existência de erros lógicos nesse modelo permitiu que a decisão sobre eventuais reparos a serem realizados fosse tomada pelos seus intérpretes. O mito concernente a Keynes como *único criador* da macroeconomia moderna, e o efeito histerese desencadeado pela subsequente revolução keynesiana, teriam partido, então, das

³² O título original do livro era *The Synthetic Revolution*. A mudança do título ocorreu para que se pudesse passar uma mensagem mais forte. Para uma explicação mais detalhada desse processo, ver Rühl e Laidler (1998).

³³ Após algum conflito ideológico, chegamos à conclusão que o maior problema envolvendo a *revolução keynesiana* não está nas interpretações concorrentes de Keynes ou na obra de Keynes em si. O grande erro é o próprio epíteto. Ao batizar os eventos intelectuais dos anos 1930 de “keynesianos”, gerou-se um efeito histerese no entendimento da dinâmica proposta por Keynes e do referencial teórico que ascendeu à posição hegemônica.

decisões tomadas por esses intérpretes sobre quais erros da TG deveriam ser reparados (KING, 2002, p. 12; LAIDLER, 2006, p. 39; LEIJONHUFVUD, 1968, p. 10-11).

Dimand (2010, p. 307) acredita que o argumento de Laidler seja equivocado, e que não haja mito algum na definição da revolução keynesiana. De acordo com ele, o argumento de Laidler seria um exagero que se presta somente a diminuir o papel exercido por Keynes na teoria econômica, pois a TG, apesar de sintética, teria alterado o foco da ciência e aprimorado o arcabouço analítico da macroeconomia. *Nós defendemos aqui que, se observado através das lentes do falso silogismo envolvido na caracterização da revolução keynesiana, o ponto de Laidler representa de maneira fiel os desdobramentos teóricos dos anos 1930. A TG foi, de fato, uma síntese que alterou o foco da economia, mas a classificação de todos os movimentos intelectuais dos anos 1930 como keynesianos constitui-se em uma fabricação.*

Assim, as reações imediatas à TG que levaram ao desencadeamento da revolução keynesiana não foram homogêneas. Notáveis economistas, filiados a variadas tradições de pensamento, se engajaram nessa tarefa e fortificaram a economia keynesiana – não a economia de Keynes – como a doutrina dominante (LAIDLER, 1999, p. 277). Como foi assinalado, compreender essa diferença, além de delinear o cenário sobre o qual Gudin estaria escrevendo o PEM, ajudam a encontrar “qual Keynes” ele apresenta em seu livro de economia monetária. Teria ele transmitido a economia de Keynes ou a economia keynesiana? Mais do que isso, na medida em que a construção da economia keynesiana se desenrolava nas décadas de 1940 e 1950, é possível verificar *como e se* Gudin foi alterando as sucessivas edições do PEM de modo a atualizá-las em relação ao que se produzia no centro da ciência econômica mundial. Esse processo de aprendizado é deveras importante, especialmente se considerarmos que ele, pioneiro dessa disciplina no Brasil, teria sido um autodidata em uma época onde as comunicações não tinham a facilidade que se verifica hoje em dia. Os custos da transferência de pensamento econômico eram substancialmente maiores do que os de hoje, com o acesso rápido e remoto que temos a obras internacionais.

4.2.1. Como Keynes reagiu às reações à TG?

O próprio Keynes cultivava visões conflitantes sobre os movimentos que posteriormente viriam a ser conhecidos como parte da revolução keynesiana. Podemos mesmo reconhecer que Keynes não apontou decisivamente a interpretação que ele julgava ser a mais aderente às suas próprias ideias, isso constituindo-se em elemento importante na

consolidação da economia keynesiana (oriunda da revolução keynesiana) como o novo paradigma reinante em economia.

É bem sabido entre os macroeconomistas e historiadores da disciplina que, em troca de cartas com John R. Hicks, Keynes foi direto ao reconhecer, em março de 1937, que o modelo desenvolvido por Hicks com base na TG – um primeiro esboço do modelo IS-LM – era na verdade próximo ao que seu livro defendia. Nas palavras do próprio Keynes (1973 [1937a], p. 79): “*I found it very interesting and really have nothing to say by way of criticism*”.³⁴

Por outro lado, ainda em 1937, em artigo publicado no *The Economic Journal*, Keynes iniciou sua análise das teorias alternativas da taxa de juros com a seguinte colocação – que acreditamos valer a pena citar na íntegra:

There is, I think, a concealed difference of opinion, which is of very great importance, between myself and a group of economists who express themselves as agreeing with me in abandoning the theory that the rate of interest is (in Professor Ohlin's words) 'determined by the condition that it equalises the supply of and the demand for saving, or, in other words, equalises saving and investment'. [...]. The alternative theory held, I gather, by Professor Ohlin and his group of Swedish economists, by Mr Robertson and Mr Hicks, and probably by many others, makes it to depend, put briefly, on the demand and supply of credit or, alternatively (meaning the same thing), of loans, at different rates of interest. Some of the writers [...] believe that my theory [of the rate of interest as depending on the demand and supply of money] is on the whole the same as theirs and mainly amounts to expressing it in a somewhat different way. Nevertheless, the theories are, I believe, radically opposed to one another (KEYNES, 1973 [1937b], p. 201-202, grifos no original).

Ao contrário da breve mensagem em que diz não ter críticas ao modelo de Hicks, é preciso reconhecer que nesse trecho citado acima Keynes parece estar plenamente consciente de que diferenças sensíveis existiam entre sua teoria e as teorias defendidas por alguns que se julgavam em concordância com seu ideário. Note que os indivíduos citados por Keynes nesse excerto são precisamente alguns dos que desempenharam papel central no grupo de *revolucionários keynesianos*. O papel dos revolucionários na consolidação do keynesianismo será pontuado na seção seguinte.

³⁴ Não se pode ter certeza que o esboço do modelo avaliado por Keynes é exatamente o mesmo publicado por Hicks em 1937, sob o título de *Mr. Keynes and the Classics; a suggested interpretation*. Em nota de rodapé à carta de Hicks para Keynes, de 16 de outubro de 1936, Johnson, Moggridge e Robinson (1973, p. 77) – organizadores dos *Collected Writings* de J. M. Keynes – afirmam que a exata formulação enviada para Keynes por Hicks não foi preservada. Young (1987, p. 31-32) pontua que a avaliação favorável feita por Keynes à estrutura elaborada por Hicks pode ter sido em relação somente àquele esboço e não necessariamente ao artigo que viria a ser publicado meses depois. Destarte, não há consenso no que tange à anuência de Keynes ao modelo IS-LM publicado por Hicks em 1937 (o modelo viria a ser renomeado para IS-LM por Hansen, sem causa aparente, em 1953 (DE VROEY, 2004, p. 5)).

4.2.2. Os revolucionários

Dentre aqueles que podem ser tomados como os indivíduos que lançaram as bases da hegemonia keynesiana, dois grupos devem ser destacados: os opositores de Keynes e os fabricantes, fundadores da economia keynesiana.³⁵

Integrando o grupo de opositores a Keynes³⁶, Arthur C. Pigou se destaca pela acidez e, poderíamos dizer, hostilidade dos comentários direcionados a Keynes. É claro que devemos levar em consideração que seu livro *Theory of Unemployment* (1933) foi duramente criticado na TG. Assim, de certo modo, ele parece condenar Keynes especialmente pelo que julgava ser sua prepotência. Na opinião de Pigou, a arrogância de Keynes se faz presente no desprezo com que ele trata o pensamento de seus predecessores e na sua ambiciosa tentativa de reconstruir toda a ciência econômica – ou pelo menos aquela parte que viria a ser a macroeconomia. Nas palavras de Pigou (1936, p. 115): “*Einstein actually did for Physics what Mr. Keynes believes himself to have done for Economics. [...] But he [Einstein] did not [...] insinuate, through carefully barbed sentences, that Newton and those who had hitherto followed his lead were a gang of incompetent bunglers*”. Frank Knight³⁷ (apud LAIDLER, 1999, p. 279) faz eco ao argumento de Pigou e ressalta que, apesar da aversão de Keynes aos clássicos, muito do que ele tinha para dizer, em vez de representar uma radical inovação, se resumia apenas a uma confusa reformulação de ideias que já existiam. Esses não foram os únicos críticos do trabalho de Keynes, mas certamente estão entre os mais notórios. É possível, no entanto, que a notoriedade de Knight e Pigou tenha tido como principal resultado uma maior atenção destinada aos escritos de Keynes. Finalmente, marque-se que devemos mostrar a existência de dois críticos importantes como Pigou e Knight justamente porque o que se estava construindo era o que viria a ser o *mainstream* macroeconômico; queremos, com isso, assinalar que a emergência da revolução keynesiana não foi algo absolutamente

³⁵ O mesmo não pode ser dito dos indivíduos que desenvolveram a interpretação ‘fundamentalista’ da teoria keynesiana, pois esse grupo tinha como objetivo se manter mais fiel à *economia de Keynes* (BACKHOUSE, 2006, p. 25). O prestígio desses indivíduos começou a reverberar na segunda metade dos anos 1960, com nomes como Jan Kregel, Joan Robinson, Robert Clower e Alfred Eichner liderando o movimento. Nos anos 1970, esses economistas identificar-se-iam como pós-Keynesianos.

³⁶ Definimos aqui a classe de opositores a Keynes como rivais intelectuais do britânico que o criticavam por sua arrogância. É importante ressaltar que esses autores se opõem a Keynes, não necessariamente à revolução keynesiana e as teorias oriundas da TG.

³⁷ KNIGHT, F. Unemployment and Mr. Keynes’s revolution in economic theory. **The Canadian Journal of Economics and Political Science**, Vol. 3, n. 1, pp. 100-123, 1937.

unânime, inclusive porque grandes nomes viriam a criticar toda e qualquer teoria advinda de Keynes.

Do outro lado, temos as revisões/interpretações fabricantes da TG. Entre os revisores, indubitavelmente os mais importantes são aqueles que responderam diretamente ou com uma participação bastante relevante na materialização da revolução keynesiana através do modelo IS-LM. Assim, o processo de “IS-LMização de Keynes” (*IS-LMization of Keynes*), induzido imediatamente após a publicação da TG, ainda em 1936, originalmente por Brian Reddaway, contou com nomes como John R. Hicks, James Meade, Roy Harrod, David Champernowne, Franco Modigliani, Don Patinkin, Lawrence Klein, Paul Samuelson, Dennis Robertson, Ralph Hawtrey, James Tobin e Bertil Ohlin, até que Alvin Hansen, em 1953, fechou o ciclo e deu ao modelo a roupagem com a qual estamos acostumados nos cursos de macroeconomia ao redor do mundo.³⁸ Assim, pelas mãos e mentes desses indivíduos, um pequeno número de equações simultâneas formou o modelo que viria a se tornar o principal representante da economia keynesiana (LAIDLER, 1999, p. 277, 305; LODEWIJKS, 2003, p. 25). Quando reunidos, esses economistas respondem por sete Prêmios Nobel (Samuelson (1970), Hicks (1972), Ohlin e Meade (1977), Klein (1980), Tobin (1981) e Modigliani (1985)) e três Medalhas John Bates Clark (Samuelson (1947), Tobin (1955) e Klein (1959)). Esses dados ficarão mais claros no quadro 2.

Com efeito, o que esses economistas fizeram marcou uma convulsão científica que, embora centrada na TG, não se irradiou exclusivamente da obra de Keynes.³⁹ Tal convulsão, no sentido de uma grande agitação acadêmica de grande impacto – em oposição à alegada revolução –, consistiu no arranjo do modelo IS-LM. O processo de matematização da ciência econômica que culminou na formulação do IS-LM já havia, contudo, sido iniciado bem antes de 1936, de sorte que um fator decisivo na atenção dada à TG foi o fornecimento de uma série de elementos conceituais extremamente adequados à formulação matemática (BACKHOUSE, 2006, p. 36-37; COLANDER & LANDRETH, 1996, p. 11; LAIDLER, 1999, p. 305;

³⁸ Com efeito, Keynes reconhece dois desses indivíduos como precursores do que ele viria a fazer: Ralph Hawtrey e Dennis Robertson: “[...] *they strayed from the fold sooner than I did. I regard Mr Hawtrey as my grandparent and Mr Robertson as my parent in the paths of errancy, and I have been greatly influenced by them*” (KEYNES, 1973, [1937b], p. 202-203). Keynes ainda considera Irving Fisher como seu bisavô. “*More than many of his followers, Keynes recognized that, like Newton, if he saw further, it was because he stood on the shoulders of giants*” (DIMAND, 2010, p. 299). Isso é mais um fator que contribui para a confusão engendrada pela revolução keynesiana e que indica que o rótulo revolução keynesiana seria a grande origem do problema.

³⁹ Aqui estamos usando convulsão. Mas é preciso notar que em relação à “revolução”, pelo seu significado kuhniano, o tratamento mais comum entre os historiadores da ciência é o do famoso trabalho de Coats (1969, p. 293), segundo o qual a “revolução keynesiana” seria um exemplo de mudança paradigmática na forma concebida por Thomas Kuhn. Mais do que isso, Coats (1969, p. 293) sustenta que a revolução keynesiana é um dos poucos exemplos de mudança paradigmática na área de economia.

MORGAN & RUTHERFORD, 1998, p. 15-17). A convulsão científica marcada pela revolução keynesiana teria sido, então, nada mais que uma sistematização de um *subconjunto* das ideias de Keynes. Esse subconjunto representava os novos conceitos de Keynes concernentes à análise macroeconômica baseada na equalização entre demanda agregada e oferta (HALL, 1989b, p. 363; LAIDLER, 2006, p. 39). De acordo com a posição curiosa de Samuelson (1964 [1946], p. 316), a elaboração desses modelos é tão fundamental para a história da macroeconomia que se pode facilmente encontrar argumentos para defender que, até o aparecimento dessas formulações matemáticas, o próprio Keynes não compreendia totalmente a sua teoria. Assim, ao mesmo tempo que o IS-LM não responde pela totalidade dos argumentos da TG, pode-se dizer até que, em muitos aspectos, o modelo vai além do que a TG propunha (LAIDLER, 1999, p. 12).

Ademais, não se pode questionar se os componentes que integram o aparato IS-LM se encontram na TG. De fato, eles estão no livro, e é por esse motivo que a convulsão científica dos anos 1930 foi chamada de revolução *keynesiana*, e não de revolução *hicksiana*. Uma evidência disso é que um grande número de pensadores chegou de forma independente ao mesmo conjunto – ou a conjuntos bem próximos – de equações, ao analisarem a TG.⁴⁰ Não obstante, esse “keynesianismo bastardo”, como foi chamado por Joan Robinson, abriu mão da própria razão de ser dos mecanismos responsáveis pela variação no produto que Keynes havia idealizado, quais sejam, o tempo histórico e a coordenação intertemporal. Na forma mais básica da divergência com os pós-keynesianos, os revolucionários keynesianos podem ser caracterizados como aqueles que veem as variações nos níveis de produto e emprego do sistema como um reflexo da rigidez dos salários nominais. De certa maneira podemos dizer que o “mito” do IS-LM como representação formal do modelo idealizado por Keynes se consolidou e a revolução keynesiana, então, teria marcado uma guinada em direção a uma nova realidade científica (BACKHOUSE, 2006, p. 27; BACKHOUSE & LAIDLER, 2004, p. 28; LAIDLER, 1999, p. 275; 2006, p. 52-53).

4.3. OS EUA E A EXPORTAÇÃO DA REVOLUÇÃO KEYNESIANA

A análise dos nomes dos indivíduos responsáveis pelo estabelecimento da revolução keynesiana nos levou a identificar duas ondas na consolidação do keynesianismo. A primeira,

⁴⁰ Naturalmente, os economistas que advogam em favor dessa abordagem não são os integrantes do keynesianismo fundamentalista ou pós-keynesianismo.

a qual chamaremos de *onda de modelagem*, teve início imediatamente após a publicação da TG. Os participantes dessa fase foram indivíduos que tiveram contato com a Universidade de Cambridge como discentes ou docentes – algo que está detalhado no quadro 2. A segunda, acontecida primordialmente nos anos 1940, será aqui denominada de *onda de disseminação*. Os economistas que conduziram essa fase estavam ligados aos dois centros acadêmicos norte-americanos que viriam a se tornar centrais no cenário internacional da ciência econômica, especialmente em macroeconomia: a Universidade de Harvard e o MIT.

A onda de modelagem constitui-se nas primeiras reações e interpretações logo após a publicação da TG. Como apontado por Heller (2007, p. 402) e King (2002, p. 15), dentre os primeiros pesquisadores a abraçar os argumentos da TG podemos salientar – além do óbvio John R. Hicks – os nomes de David Champernowne, Brian Reddaway, James Meade e Roy Harrod. Esses indivíduos empenharam-se na construção dos primeiros sistemas keynesianos. Após retoques e arestas aparadas, tais sistemas seriam gradualmente integrados e ascenderiam à hegemonia.

Existem, entretanto, nessa classe de indivíduos keynesianos provenientes de Cambridge, dois nomes que são menos lembrados pela literatura que aqueles mencionados acima como revolucionários keynesianos, mas que tiveram papel fundamental na ponte entre a primeira e a segunda ondas de consolidação do keynesianismo. São eles, Robert Bryce e Lorie Tarshis. Esses economistas canadenses participaram ativamente tanto dos seminários de Keynes quanto do *Keynes Club*, sendo fundamentais para a transferência do keynesianismo do Reino Unido para os EUA (COLANDER & LANDRETH, 1996, p. 5).

Bryce, após passar três anos em Cambridge, foi responsável pelos primeiros esforços na difusão das ideias de Keynes nos EUA através de uma série de seminários apresentados em Harvard, em 1935 – portanto, antes mesmo da publicação da TG. Seus esforços, no entanto, não se mostraram capazes de atrair um número razoável de apoiadores às então novíssimas ideias keynesianas (COLANDER & LANDRETH, 1996, p. 7; PATINKIN, 1990, p. 212).

As sementes do trabalho de Bryce viriam a germinar somente em um movimento posterior. Alvin Hansen, originalmente um institucionalista, e John Williams apresentaram uma outra série de seminários em Harvard, dessa vez em 1937, que acabou por ser mais influente que o esforço de Bryce.⁴¹ De certo modo, é possível dizer que Hansen e Williams, assim, completaram o processo de transferência iniciado por Bryce e conquistaram a simpatia

⁴¹ Há que se ter em conta que à época dos seminários de Hansen e Williams, a TG já havia sido publicada. Isso pode responder por parcela do diferencial de influência entre os seminários de Bryce e Hansen e Williams.

intelectual de professores e estudantes de pós-graduação, os quais viriam a dar seguimento ao processo de difusão do keynesianismo (COLANDER & LANDRETH, 1996, p. 8-9).

Tarshis, por sua vez, foi responsável pela publicação do primeiro livro-texto essencialmente keynesiano nos EUA, em 1947. Embora o livro não tenha alcançado o sucesso desejado por Tarshis, a obra teve o mérito de apontar a terceiros como as ideias keynesianas poderiam ser representadas em um livro-texto. Aproveitando-se disso, Samuelson publicou, em 1948, o livro *Economics*, que viria a definitivamente trazer à economia keynesiana seu apelo praticamente irresistível como cânone da macroeconomia, uma vez que o livro seria o mais ensinado nas universidades americanas dali em diante (COLANDER & LANDRETH, 1996, p. 22; PEARCE & HOOVER, 1995, p. 192). Como resultado, o livro de Samuelson, ainda hoje é o livro mais bem-sucedido da história da economia, marcando os triunfos pedagógico e teórico fundamentais da economia keynesiana nos EUA (BACKHOUSE, 1998, p.95; BLAUG, 1991, p. 174-175; HALL, 1989b, p. 364; SALANT, 1989, p. 46).⁴²

Esses eventos alavancaram o keynesianismo nos EUA, e, como resultado, essa nova doutrina adquiriu, segundo Hirschman (1989, p. 348), influência preponderante sobre ‘o’ país cujo prestígio resultante de seu poder militar e de seu progresso econômico era suficiente para impor uma agenda científica ao resto do mundo. Ao fim da Segunda Guerra Mundial, o processo de ‘Keynesianização da América’ havia sido completado em suas três esferas – teórica, política e pedagógica –, e a economia keynesiana já podia ser tida como ‘*the only game in town*’. Os EUA, então, de imediato adquiriram considerável vanguarda na matéria (COLANDER & LANDRETH, 1996, p. 1-3; HIRSCHMAN, 1989, p. 348).

A vanguarda norte-americana verifica-se, por exemplo, na concentração de Prêmios Nobel conferidos pelo Banco da Suécia às importantes inovações em matéria de macroeconomia keynesiana feitas em solo americano. A dominância americana seria tão grande que levaria alguns analistas, como Portes (1987, p. 1330), a indagar se no pós-guerra sequer teria existido uma ciência econômica independente da desenvolvida nos EUA. Portanto, não é de causar estranheza que a doutrina que se tornara tão avassaladoramente dominante na academia americana viesse a conquistar por completo a intelectualidade econômica mundial.

Pelo exposto, acreditamos ser possível dar mais um passo na definição de um dos elementos da difusão do keynesianismo: seu *porto de exportação* (Mäki, 1996, p. 316). Esse elemento marca a origem a partir da qual a ideia se dissemina. Dessa forma, o porto de

⁴² Curiosamente, o segundo livro mais bem-sucedido entre as publicações de economia é o também famoso *Wordly Philosophers*, de Robert Heilbroner.

exportação é o elo fundamental entre a *fonte* da ideia e o *porto de entrada*. Nessa dissertação, a despeito da nacionalidade britânica de Keynes, adotamos a ideia de que o *porto de exportação* da economia keynesiana em escala global foi a *academia norte-americana*.

Traçando um paralelo entre as origens do keynesianismo e da doutrina do ricardiana livre comércio, é interessante notar a diferença no processo de difusão internacional dos dois ideários. No caso da transmissão internacional da doutrina do livre comércio, a Inglaterra atua tanto como país de origem da ideia quanto como país responsável por espalhar a teoria ao redor do mundo. O keynesianismo, por sua vez, tem na Inglaterra a sua *fonte* e nos EUA o seu *porto de exportação* (HIRSCHMAN, 1989, p. 348). Dentro disso, é importante notar que são dois os centros acadêmicos norte-americanos responsáveis por coordenar a *onda de disseminação* da economia keynesiana: Harvard e o MIT.

O quadro 2 nos mostra que cada uma das ondas de consolidação da economia keynesiana teve relação direta com universidades bastante específicas. A *onda de modelagem* foi conduzida por indivíduos relacionados à Universidade de Cambridge, Inglaterra, ao passo que a *onda de disseminação* foi espalhada através dos esforços de economistas baseados na Universidade de Harvard e no MIT, nos EUA. A ponte entre elas foi construída por indivíduos que transitaram entre esses centros.

Assim, nós estabelecemos um terceiro elemento da transmissão das ideias de Keynes para o Brasil. Existem três outros elementos ainda a serem definidos. Esses elementos serão postos em análise através do estudo do PEM de Eugênio Gudin, o objeto do quinto Capítulo dessa dissertação.

Quadro 2: Os revolucionários keynesianos

<i>Onda</i>	<i>Economista</i>	<i>Nascimento-Morte</i>	<i>Nacionalidade</i>	<i>Alma mater</i>	<i>Filiação institucional</i>	<i>Medalhas John Bates Clark & Prêmios Nobel</i>
1 ^a	CHAMPERNOWNE, David	• 9 de julho de 1912 † 19 de agosto de 2000	Britânico	LSE Cambridge University	University of Oxford Cambridge University	- -
1 ^a	HARROD, Roy F.	• 13 de fevereiro de 1900 † 8 de março de 1978	Britânico	New College, Oxford	King's College, Cambridge Christ Church, Oxford	- -
1 ^a	HICKS, John R.	• 8 de abril de 1904 † 20 de maio de 1989	Britânico	Balliol College, Oxford	Cambridge University University of Manchester	- Prêmio Nobel (1972)
1 ^a	MEADE, James	• 23 de junho de 1907 † 22 de dezembro de 1995	Britânico	Oriel College, Oxford Trinity College, Cambridge	LSE Cambridge University	- Prêmio Nobel (1977)
1 ^a	REDDAWAY, W. Brian	• 8 de janeiro de 1913 † 23 de julho de 2002	Britânico	Oundle School King's College, Cambridge	Clare College, Cambridge Cambridge University	- -
1 ^a	ROBERTSON, Dennis	• 23 de maio de 1890 † 21 de abril de 1963	Britânico	Trinity College, Cambridge	Cambridge University LSE	- -
Ponte	BRYCE, Robert	• 27 de fevereiro de 1910 † 30 de julho de 1997	Canadense	Cambridge University Harvard University	- -	- -
Ponte	TARSHIS, Lorie	• 22 de março de 1911 † 4 de outubro de 1993	Canadense	University of Toronto Trinity College, Cambridge	Stanford University York University	- -
2 ^a	HANSEN, Alvin	• 23 de agosto de 1887 † 6 de junho de 1975	Americano	Yankton College; University of Wisconsin-Madison	University of Minnesota Harvard University	- -
2 ^a	HAWTREY, Ralph	• 22 de novembro de 1879 † 21 de março de 1975	Britânico	Trinity College, Cambridge Cambridge University	Harvard University Royal Institute for Intl. Affairs	- -
2 ^a	KLEIN, Lawrence	• 14 de dezembro de 1920 † 20 de outubro de 2013	Americano	UC Berkeley MIT	University of Pennsylvania	Medalha J. B. Clark (1959) Prêmio Nobel (1980)
2 ^a	MODIGLIANI, Franco	• 18 de junho de 1918 † 25 de setembro de 2003	Ítalo-americano ¹	Università di Roma New School	Carnegie-Mellon MIT	- Prêmio Nobel (1985)
2 ^a	OHLIN, Bertil	• 23 de abril de 1899 † 3 de agosto de 1979	Sueco	Harvard University Stockholm University	University of Copenhagen Stockholm School of Economics	- Prêmio Nobel (1977)
2 ^a	PATINKIN, Don	• 8 de janeiro de 1922 † 7 de agosto de 1995	Americano	University of Chicago Hebrew Theological College	University of Chicago Hebrew University, Jerusalem	- -
2 ^a	SAMUELSON, Paul	• 15 de maio de 1915 † 13 de dezembro de 2009	Americano	University of Chicago Harvard University	MIT	Medalha J. B. Clark (1947) Prêmio Nobel (1970)
2 ^a	TOBIN, James	• 5 de março de 1918 † 11 de março de 2002	Americano	Harvard University	Harvard University Yale University	Medalha J. B. Clark (1955) Prêmio Nobel (1981)

1 Nasceu em Roma e naturalizou-se americano em 1946

Fonte: Elaborado pelo autor

5. A DIFUSÃO DO KEYNESIANISMO NO BRASIL ATRAVÉS DOS *PRINCÍPIOS DE ECONOMIA MONETÁRIA* DE EUGÊNIO GUDIN

Princípios de Economia Monetária foi o primeiro livro-texto de economia moderna elaborado no Brasil e o primeiro manual dessa categoria escrito em português. Assim, ele foi um grande responsável pela disseminação da teoria econômica do século XX entre os brasileiros (BIELSCHOWSKY, 2001, p. 92; SCALERCIO & ALMEIDA, 2012, p. 142; SIMONSEN, 1979, p. 93). Boa parte da importância do livro adveio do fato de que outras línguas, além do português, eram pouco comuns entre os alunos que chegavam ao nível universitário. Mas para além disso, alguns colegas de Gudin, como Chacel (1979, p. 34-35), afirmavam que o quadro de referências teóricas contido no livro estaria em perfeita harmonia com o pensamento econômico internacional da época em que foi publicado. Aliás, Gudin sempre foi tomado como o grande *scholar* em economia no Brasil de meados do século XX.

Desse modo, retomando a principal contribuição dessa dissertação, desejamos verificar quão atualizada era a teoria econômica que Gudin utilizou nas sucessivas edições do PEM. Em especial, queremos verificar se o economista brasileiro estava utilizando a leitura direta da TG ou já a economia keynesiana, o *mainstream* que estava sendo fabricado. Fizemos, então, uma leitura meticulosa do livro em sucessivas edições. Essa nossa leitura ratifica as sugestões de Bielschowsky (1995, p. 42; 2001, p. 93) e Boianovsky (2012, p. 286) que definem o PEM como primordialmente um instrumento de transferência dos postulados estrangeiros às *economias reflexas*, e contraria a visão de Carneiro (1979, p. 6), segundo a qual Gudin teria desenvolvido uma teoria cientificamente inovadora.

Dado o contexto apresentado no Capítulo 4, não é de se estranhar que John Maynard Keynes tenha representado a principal fonte de ideias que marcou os esforços de Gudin em busca da transmissão das teorias econômicas fundamentais para o Brasil. “*The only game in town*”, o keynesianismo em fabricação, não poderia ser ignorado. Aliás, podemos até dizer que, em certa medida, isso nem seria uma escolha de Gudin, pois ao procurar material no exterior e se colocar em contato com economistas estrangeiros, especialmente americanos, a discussão a que ele teve acesso envolveria, inevitavelmente, o ideário keynesiano. Seu livro, então, foi o *porto de entrada* do keynesianismo em terras brasileiras, como defendido na Seção 2.3. Bielschowsky (2001, p. 95), Chacel (1979, p. 34-35), Scalercio e Almeida (2012, p. 158-159) e Simonsen (1979, p. 108) apontam Gudin como o primeiro transmissor do pensamento keynesiano na academia brasileira, embora não apresentem evidências dessa verificação. Por esse motivo, não podemos afirmar que Gudin foi necessariamente o primeiro

transmissor de Keynes no Brasil, mas podemos sustentar que Gudin foi claramente um pioneiro nesse processo. Se ele foi ou não o primeiro é para nós irrelevante. Primeiro ou não, Gudin, pioneiro na transmissão de Keynes no Brasil, foi fundamental para que o ideário keynesiano se difundisse na academia brasileira. Carneiro Netto (2003, p. 12) e Scalercio e Almeida (2012, p. 58, 158), ainda, acrescentam a essa verificação a noção que Gudin leu a TG de forma um tanto quanto detalhada logo após sua publicação – e ele seria, possivelmente, o único acadêmico brasileiro capaz de fazê-lo. Mas esses autores não vão muito além de anotar que Gudin teria travado contato com os escritos de Keynes ainda cedo e, talvez, com a literatura keynesiana. Aqui desejamos ir mais longe do que apenas afirmar que Gudin conheceu ou leu Keynes, mas verificar mesmo qual foi a leitura de Keynes que apareceu no PEM. Sendo um aguerrido liberal, bastante duro com vários adversários intervencionistas, é notável que ele tenha adotado um discurso bastante cortês sobre Keynes e suas novas ideias no PEM. Porém, é claro que Gudin não hesitava em discordar nos assuntos que julgava merecedores de refinamento teórico.

Analisando não somente o PEM, mas também sua carreira, podemos afirmar que a compreensão mais profunda de Gudin acerca da teoria keynesiana veio do seu contato com economistas mundialmente renomados, mais especialmente aqueles radicados nos grandes centros acadêmicos norte-americanos. Ele sempre fez questão de conversar e, na medida do possível, se manter afinado com o que acontecia no centro da economia mundial em termos acadêmicos. Dentre esses pensadores, o nome do canadense Jacob Viner deve ser sublinhado. Assim, tratemos, agora, das relações do brasileiro em termos desses intercâmbios acadêmicos.

5.1. A INSERÇÃO INTERNACIONAL DE GUDIN: CHICAGO E HARVARD

A proeminência cultivada por Gudin no cenário econômico brasileiro foi inegável e arrojada. O liberal brasileiro não era, todavia, apenas conhecido em seu país natal, pois vários colegas europeus e norte-americanos reconheciam Gudin enquanto economista. Ele chegou até mesmo a cultivar amizades com grandes nomes da ciência econômica como Jacob Viner e Gottfried Haberler. Desse modo, suas relações rompiam as fronteiras brasileiras, alcançando alguns dos economistas de maior prestígio no palco da ciência econômica internacional em meados do século XX. Em avaliação realizada na década passada – e que julgamos ainda hoje se sustentar –, Carneiro Netto (2003, p. 12) afirma que essa foi a época em que um economista brasileiro esteve mais próximo da fronteira da ciência econômica mundial.

Um claro exemplo do alcance da rede de relacionamentos de Gudin foi sua ativa participação na MPS. Esse *think-tank* liberal, fundado em 1947, foi concebido com base na opressão alegadamente infligida pelo keynesianismo às tradições liberais. Os economistas neoliberais, sentindo-se ilhados, erigiram a MPS como um último impulso de resistência à nova doutrina, com o objetivo de criticar, além do keynesianismo, as falhas que consideravam existir no liberalismo clássico. Aparentemente, as doutrinas liberais mais antigas não teriam a força necessária para lidar com o avanço do keynesianismo (e do planejamento econômico como uma ideia dominante na economia e nas políticas públicas).

Após filiar-se à MPS, em 1954, Gudin teve o seu momento mais marcante na organização na 9ª reunião do grupo, realizada em 1958, em Princeton. Naquela ocasião, Gudin apresentou um artigo sobre agricultura e engajou-se em debates com indivíduos do calibre de Milton Friedman, George Stigler, Peter Bauer, Ludwig von Mises e Friedrich Hayek⁴³ (PLEHWE, 2009a, p. 16; 2009b, 260-261, 274).

Porém as incursões de Gudin no cenário internacional haviam se iniciando antes, em 1940. Nesse ano, Gudin apresentou uma palestra aos estudantes das universidades de Cordoba e de Harvard que marcou o primeiro registro do contato direto de Gudin com instituições acadêmicas estrangeiras. Datada de 17 de julho de 1940, essa palestra, apresentada na Sociedade Brasileira de Economia Política, dissertou sobre a relação entre a economia brasileira (uma economia reflexa ou passiva) e a economia norte-americana (uma economia líder) (Lecture by Dr Eugênio Gudin for the Cordoba and Harvard Students, 17 de julho de 1940, Arquivos Pessoais de Eugênio Gudin, EUG pi GUDIN, 1940.07.17).

Ademais, o primeiro registro da presença de Gudin em um dos centros acadêmicos de excelência internacional data de 1944. Aproveitando-se da Conferência de Bretton Woods, em que participou como um dos representantes brasileiros, Gudin foi à Universidade de Harvard para apresentar ao corpo de professores da instituição o projeto de currículo idealizado para o primeiro curso brasileiro de graduação em economia (BARREIROS, 2009, p. 530; Gudin para Capanema, 21 de agosto de 1944, Arquivos Pessoais de Eugênio Gudin, EUG c 1944.08.21).

Durante os anos que frequentou esses círculos internacionais, duas conexões estabelecidas por Gudin provaram-se especiais, tanto em termos pessoais quanto em termos acadêmicos: com o canadense Jacob Viner, cuja carreira se deu principalmente em Princeton e Chicago, e com o austríaco Gottfried Haberler, professor de Harvard (SCALERCIO & ALMEIDA, 2012, p. 283). Gudin reconhecia a posição central que seus dois amigos

⁴³ Dentre esses insignes economistas, Hayek (1974), Friedman (1976) e Stigler (1982) foram vencedores do Prêmio Nobel.

ocupavam no quadro econômico internacional e considerava-se um afortunado por seu relacionamento com economistas e professores de tamanha reputação universal (Gudin para Johnson, 28 de novembro de 1949, Viner Papers, Box 12, Folder 15; Gudin para Viner, 20 de fevereiro de 1953, Viner Papers, Box 12, Folder 15).

Gudin conheceu Haberler em sua visita a Harvard, em 1944, e a correspondência documentada entre eles durou até a morte de Gudin (Haberler para Gudin, 24 de junho de 1986, Haberler Papers, Box 13, Accession n. 95048-103.04/05).⁴⁴ Os assuntos discutidos entre eles eram diversos, mas as informações pessoais predominavam em relação às intelectuais, o que demonstra que realmente havia uma amizade entre os dois. Dentre esses últimos, alguns tópicos debatidos tinham cunho político – como o caso *Watergate* de Nixon e a crise do petróleo de 1973.⁴⁵

O respeito mútuo que eles cultivavam era explícito. Gudin, fazendo-se valer do conhecimento do amigo, vez ou outra solicitava a ajuda de Haberler para dar robustez a seus argumentos. Em 1973, por exemplo, Gudin foi a Haberler para solicitar opiniões sobre assuntos relacionados à economia internacional e ao BP dos EUA (Gudin para Haberler, 6 de junho de 1973, Haberler Papers, Box 13, Accession n. 95048-103.04/05). Haberler também destacava que Gudin seria um influente economista latino-americano. Em comunicação pessoal com o Secretário de Estado norte-americano, Henry Kissinger, o professor de Harvard disse: “*Professor Gudin is a well known [sic] Brazilian economist, a former minister of finance, etc., and a universally respected elder statesman*” (Haberler para Kissinger, 31 de outubro de 1973, Haberler Papers, Box 13, Accession n. 95048-103.04/05).

A correspondência que Gudin estabeleceu com Jacob Viner, por seu turno, está mais carregada de tópicos relacionados diretamente à economia – embora ainda encontremos bastante troca de assuntos pessoais entre eles. Viner, indubitavelmente, servia como conselheiro de Gudin em matéria de economia. A influência exercida por Viner sobre Gudin foi muito grande. Efetivamente, Viner, em sua condição de revisor da TG, foi enormemente influente sobre o segundo volume do PEM, publicado em 1952 (a primeira edição, lembremos, é de 1943). Já em 1936, Viner demonstrava nível de compreensão do arcabouço keynesiano que em muito superava o de seus contemporâneos. Sua *review* da TG prestou-se a realizar uma crítica teórica profunda da obra, indo além dos tratamentos formais que lhe eram

⁴⁴ O arquivo pessoal de Haberler é mantido pela *Hoover Institution*, da Universidade de Stanford.

⁴⁵ Desconhecemos outros trabalhos em que a relação pessoal de Gudin com esses economistas tenha sido explorada. A afirmação da amizade com Haberler, por exemplo, até onde apuramos, foi colocada em outros trabalhos. Contudo, ela aparece mais em consequência da tradição oral sobre a carreira de Gudin do que baseada em evidências de fontes primárias. Aqui, como tivemos acesso às fontes primárias internacionais, verificamos que Gudin realmente era bastante próximo desses dois economistas que atuavam nos EUA (Viner e Haberler).

dados. Assim, Viner, mesmo que não um revolucionário keynesiano, colaborou em ampla medida para que a obra de Keynes pudesse ser mais bem entendida nos círculos acadêmicos (VINER, 1936). Patinkin (1990, p. 212) coloca, inclusive, que o simpósio do *Quarterly Journal of Economics*, do qual Viner participou, foi crucial para o estabelecimento da teoria keynesiana. Por isso, e por outros motivos referentes ao extenso intercâmbio intelectual entre os autores, Gudín assim escreveu a Viner em 1950: “*After you left I made up my mind to finish writing the second volume of my Principles, which have been two-thirds finished for the last three years. I hope to hand over the manuscript to the Editor early next year, thank goodness*” (Gudín para Viner, 28 de novembro de 1950, Viner Papers, Box 12, Folder 15). À ocasião, Viner havia comparecido ao Brasil a convite de Gudín para dar uma série de palestras, que viriam a ser posteriormente publicadas na *Revista Brasileira de Economia* (BOIANOVSKY, 2010, p. 233; CHACEL, 1979, p. 38; KAFKA, 1979, p. 55).

Portanto, tudo indica que através de sua visita às universidades norte-americanas e das cartas que trocou com seus pares intelectuais, Gudín aprofundava continuamente seu conhecimento sobre as teorias econômicas mais relevantes de meados do século XX. Logo, ele estava plenamente ciente tanto do liberalismo de matiz mais radical, defendido pela MPS, quanto da revolução keynesiana posta em movimento alguns anos antes de sua inserção no debate econômico internacional.

Através de Viner, por exemplo, Gudín foi posto em contato com algumas revisões da TG de Keynes e algumas das *Lectures* de Bertil Ohlin. Isso aconteceu em paralelo à supracitada decisão de terminar a segunda edição do PEM que Gudín atribuiu à troca de ideias com Viner (Gudín para Viner, 28 de novembro de 1950, Viner Papers, Box 12, Folder 15). Como veremos na Seção 5.2.3, esse segundo volume é um divisor de águas na compreensão que Gudín tem da economia mais moderna e, portanto, crucial para o nosso estudo. Ele marca um grande incremento na atualização do economista brasileiro sobre o ideário keynesiano. Retrato da subsequente atenção que Gudín devotou ao tema é a quantidade de revolucionários keynesianos elencados no Capítulo 5 dessa dissertação que viriam a ser citados em sua terceira edição do PEM. Entre eles, o brasileiro cita Alvin Hansen, Roy Harrod, Ralph Hawtrey, John R. Hicks, Paul Samuelson e o próprio Jacob Viner.

Destarte, os mecanismos de transmissão do keynesianismo no Brasil residem muito sobre o contato de Gudín com a literatura especializada no tema, o que significa, também, em seu contato com os revolucionários keynesianos, mediado pelos seus colegas residentes em Harvard e Chicago. Assim, dentre os indivíduos com os quais Gudín teve contato direto, cabe chamar atenção novamente para o nome de Viner. Por fim, é de interesse anotar que Gudín

teria debatido algumas vezes com o próprio Keynes durante Conferência de Bretton Woods, em 1944. Entretanto, não temos evidências decisivas que apontem uma grande influência, como temos para Viner (BARREIROS, 2009, p. 533-534; CAMPOS, 1997, p. 39).

5.2. GUDIN, OS *PRINCÍPIOS DE ECONOMIA MONETÁRIA* E KEYNES

Como dissemos acima, a literatura sobre Gudin não vai muito longe na análise das ideias de Keynes (ou keynesianas) apresentadas pelo brasileiro no PEM. Temos, de um lado, Chacel (1979, p. 34-35) que aponta ser a segunda edição do PEM, de 1947, aquela que marca a inflexão do tratamento da teoria de Keynes no livro. Por outro lado, Bielschowsky (2001, p. 95) e Scalercio e Almeida (2012, p. 158) defendem que tal processo pôde ser verificado somente a partir da terceira edição da obra, publicada em 1952. É dessa edição em diante que o PEM vai ser apresentado em dois volumes.⁴⁶ Contudo, como foi ressaltado, se esses autores fizeram uma leitura minuciosa das sucessivas edições do PEM, eles não as apresentaram. É isso que oferecemos abaixo.

5.2.1. 1943: a primeira edição e a negligência da TG

A primeira edição do PEM veio a público em um único volume, em 1943.⁴⁷ Os mais recentes biógrafos de Gudin dizem que a obra foi um efeito colateral do golpe de estado varguista de 1937, que originou o período ditatorial conhecido como Estado Novo – devido à sua atitude próxima do corporativismo político, o Estado Novo teria marginalizado os pensadores liberais brasileiros. Gudin, de certa forma calado pelo autoritarismo em voga na política do país, recolheu-se aos estudos de caráter mais acadêmico durante os primeiros anos

⁴⁶ A disponibilidade do primeiro volume da edição de 1952 é extremamente rara. Uma busca nas principais bibliotecas brasileiras e nos maiores revendedores de livros (incluindo os internacionais) provou-se infrutífera. O segundo volume dessa edição, todavia, pode ser facilmente obtido. O mesmo vale para os dois volumes publicados em 1954. Por essa razão, nós realizamos uma comparação detalhada entre os segundos volumes de 1952 e 1954 e *nenhuma diferença foi encontrada*. Essa constatação, em adição ao fato que o prefácio da edição de 1954 não informa a existência de diferenças entre as publicações de 1952 e 1954, nos levou a assumir que a edição de 1954 é, muito provavelmente, pouco mais que uma reimpressão da edição de 1952. Dessa forma, o primeiro volume de 1954 foi lido como se fosse o de 1952.

⁴⁷ Gudin já deixava claro, porém, que um segundo volume seria anexado às edições subsequentes (GUDIN, 1943, p. XXIII).

do Estado Novo e teve, assim, a oportunidade de produzir a primeira edição do PEM (SCALERCIO & ALMEIDA, 2012, p. 82).⁴⁸

O que consta do primeiro PEM? Mais especificamente, o que há na primeira edição do PEM em termos de teoria econômica? Em adição à explicação e à adaptação das teorias dos clássicos, como Smith e Ricardo, essa versão do livro aponta para certa familiaridade de Gudin com o trabalho de alguns de seus contemporâneos. Pigou, Hawtrey, Ohlin e, acima de todos, Keynes são alguns dos indivíduos cujos nomes são citados (GUDIN, 1943, *passim*). Porém, o alinhamento de seu pensamento à teoria de cada um deles não fica clara.

Como ilustrado no Capítulo 4, a teoria que dominava a macroeconomia internacional à época da publicação do PEM emanava da revolução keynesiana. Sem sombra de dúvida, então, qualquer trabalho que se pretendesse alinhado aos maiores avanços internacionais na matéria deveria abordá-la. O PEM o faz em certa medida. No entanto, existem apenas indícios fracos que colocam Gudin em harmonia com tal literatura. Nossa leitura pormenorizada aponta que essa primeira edição do PEM *não era um livro que representava a fronteira dos debates da economia*. Para ratificar nossa constatação, basta verificar que, embora o nome de Keynes seja mencionado cinquenta e cinco vezes ao longo do livro, o número de vezes que a TG é explicitamente referenciada é *zero*.⁴⁹ Se considerarmos, por outro lado, a fronteira dos livros-texto em economia, o PEM pode ser considerado como uma obra de fronteira. Livros-texto de estirpe fundamentalmente keynesiana só viriam a ganhar terreno na ciência econômica a partir da publicação dos livros *Elements of Economics*, por Lorie Tarshis, em 1947, e *Economics*, por Paul Samuelson, em 1948. Em 1943, então, à altura da publicação da primeira edição do PEM, o processo de “*taming of the Keynesian revolution*” não havia chegado ao ponto de permitir que argumentos keynesianos fossem incorporados a livros-texto (PEARCE & HOOVER, 1995, p. 186

Na primeira edição, Gudin alicerçou suas considerações sobre Keynes nas obras *Tratado sobre a Reforma Monetária* (doravante TRM) (citada quatro vezes) e *Um Tratado sobre a Moeda* (doravante TM) (citada sete vezes), publicadas em 1923 e 1930, respectivamente.⁵⁰ Concentradas no *Livro III: Teoria das Variações e do Valor da Moeda*,

⁴⁸ Depois, na época da Segunda Guerra Mundial, Gudin seria chamado a integrar um dos conselhos do governo. Foi a partir desse cargo que travou o famoso debate com Roberto Simonsen.

⁴⁹ A maioria dessas 55 menções a Keynes (42) se deu sem referência explícita a um trabalho específico. Nós adotamos a premissa que uma menção sem referência explícita não pode ser diretamente ligada a nenhum dos escritos de Keynes. As demais 12 menções estão ligadas a outras obras do britânico.

⁵⁰ Para Backhouse e Bateman (2006, p. 2), a “grande trilogia” de Keynes é composta por *Tratado sobre a Reforma Monetária* (1923), *Um Tratado sobre a Moeda* (1930) e *A Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda* (1936). Embora a TG tenha se destacado dentre os trabalhos de Keynes, vale a observação de King (2002, p.12): “*some modern Post Keynesians regard the 1930 Treatise on Money as in many ways more*

essas referências a Keynes focam em aspectos instrumentais e históricos de suas ideias, mas dão a elas uma conotação um tanto quanto alinhada aos indivíduos que Keynes chamou de clássicos (GUDIN, 1943, p. 176). Envolto nessas considerações, havia um grande e manifesto respeito de Gudin pela figura de Keynes e pelo que ele julgava serem as maiores conquistas teóricas do economista britânico. Isso pode ser ilustrado pela extensiva defesa dos métodos desenvolvidos por Keynes no TM para o cálculo da velocidade de circulação da moeda, por exemplo (GUDIN, 1943, p. 187-188). O mesmo vale para a anuência a alguns diagnósticos de Keynes, como a recriminação da política de estabilização da libra esterlina de 1925 (GUDIN, 1943, p. 201). Dado que o TM foi uma tentativa de coadunar a TQM marshalliana com o tratamento wickselliano da coordenação intertemporal, e que Gudin cultivava enorme admiração por Wicksell, esse esforço keynesiano de acomodação de argumentos wicksellianos no bojo da teoria marshalliana pode ter respondido por parte da simpatia inicial de Gudin por Keynes (LAIDLER, 1999, p. 112).^{51, 52}

A despeito disso, fica claro que essa edição traça um primeiro esboço da forma com a qual Gudin se engajou na leitura de Keynes. Em algumas passagens, Gudin acaba por aproximar a teoria de Keynes de um suposto arcabouço neoclássico homogêneo composto pelas ideias de Walras, Marshall e Pigou. Em suas palavras, “Com os Neo-Clássicos [sic], a Teoria [TQM] toma nova orientação e a observação dos fatos vai eliminando certos erros. [...] Vamos encontrar, páginas adiante, a ideia de L. Walras de *encaisse désirée* desenvolvida por Marshall, Pigou e Keynes [...]” (GUDIN, 1943, p. 176). Já desde essa época, podemos indicar que essa representação de Keynes como uma figura integrante da ortodoxia neoclássica mostra indícios que o PEM tenderia a difundir a versão sintética de Keynes, isto é, a *economia keynesiana*, em detrimento da *economia de Keynes*.

Para ser justo, no entanto, a homogeneização desses autores não é algo que deva ser imputada a Gudin como um equívoco teórico em meio a uma reinante opinião contrária e consensual. Como mostrado por Backhouse (1998) e Morgan e Rutherford (1998), os limites que separavam corpos teóricos distintos não eram facilmente traçados no entreguerras, época de fundamental pluralismo científico. Dessa maneira, a confusão existente entre os limites das teorias de Walras, Marshall, Keynes e outros era uma noção relativamente “comum” na

advanced and more radical text than the General Theory”. No entanto, essa economia se refere ao que nessa dissertação estamos chamando de “*economia de Keynes*” e não à “*economia keynesiana*”.

⁵¹ “Quando já idoso, [Gudin] gostava de dizer que: ‘Se eu não estivesse aqui preso com esta bengala, eu me levantaria, porque não se pronuncia o nome de Wicksell sentado’” (SCALERCIO & ALMEIDA, 2012, p. 48).

⁵² Posteriormente, na terceira edição do PEM, Gudin (1952a, p. 225) abordaria a TG de Keynes como se segue: “Na realidade, o sistema Keynes, da taxa de juros e eficiência marginal do capital, parece-nos muito mais wickselliano do que qualquer outra coisa”.

academia, de forma que Gudin provavelmente não tinha ainda profunda compreensão de cada uma delas para que as pudesse separar perfeitamente.

5.2.1. 1947: o tratamento incipiente da TG

A segunda edição do PEM foi publicada em 1947. Logo no prefácio do livro, Gudin (1947, p. 11) se apressa em informar que “As modificações introduzidas nesta edição decorrem principalmente da necessidade, que verifiquei ao iniciar o segundo volume, de estabelecer, desde o primeiro, ligação mais estreita entre os fenômenos da moeda e do crédito e os da produção”.

Para servir ao propósito de ligar os aspectos monetários, creditícios e produtivos da economia, Gudin não poderia mais negligenciar, como em 1943, a integração que a TG havia feito de tais fenômenos. As funções que os argumentos de Keynes passariam a desempenhar no arcabouço de Gudin se inclinariam, agora, mais na direção de argumentos teóricos, em detrimento do viés primordialmente instrumental e histórico dado à teoria de Keynes em 1943.

No que tange à teoria dos juros, carro-chefe da ligação entre os três fenômenos supracitados, Gudin (1947, p. 68-69) dedicou-se a explicar a teoria da preferência pela liquidez de Keynes, posicionando-a como facilmente integrável à teoria clássica – embora reconhecesse que a preferência pela liquidez seria uma nova teoria dos juros. Para Gudin, Keynes, através da manutenção do princípio da produtividade marginal do capital, estabeleceria o conceito de liquidez simplesmente como o responsável por dividir o processo de oferta de capital sob forma monetária. Gudin pensava que essa separação já estava presente entre aqueles que Keynes rotulou como economistas clássicos. Dessa forma, as considerações de Gudin (1947, p. 155-156) sobre a TG subscrevem ao argumento apresentado em nossa Seção 4.1 e posicionam Keynes não como um inimigo da teoria marshalliana, mas como seu reformador e grande desenvolvedor. Ao lado de Keynes, Gudin coloca Pigou como herdeiro de Marshall. Embora esse posicionamento vá na contramão da representação que Gudin estava prestes a fazer da *economia keynesiana*, nós julgamos que ele não invalida o keynesianismo apresentado por Gudin. Isso porque a confusão de autores tidos como semelhantes sob a guarida do neoclassicismo na primeira edição ainda prevalece na segunda, e isso acaba por auferir algumas pequenas incompatibilidades teóricas ao Keynes apresentado

no PEM (isto é, aquele que tem em Keynes um herdeiro de Marshall não deveria subscrever à *economia keynesiana* em detrimento da *economia de Keynes*).

Então, contrariando a classificação de Keynes como um marshalliano mais purista, a segunda edição do PEM marcaria um avanço na representação da *economia keynesiana*. De maneira mais específica, elementos da TG foram incorporados à obra, mas a afirmação de que o problema keynesiano da liquidez seria um caso particular de teorias já existentes daria o tom de tais incorporações. Logo, o aparato teórico de Gudin, embora tenha se provado razoavelmente mais refinado, aparece no sentido da síntese, e não como a economia de Keynes.

Apesar disso, o maior refinamento do PEM, especialmente se comparado com a edição seguinte, pode ser verificado somente de forma marginal. Com exceção da apresentação de alguns elementos conceituais presentes na TG, o livro vai se manter bastante próximo da edição de 1943. *A segunda edição do PEM, portanto, forneceu novos indícios de que Gudin se preparava para uma exposição plena da economia keynesiana, mas não marcou uma guinada clara e definitiva em direção aos desdobramentos da TG.*

5.2.2. 1952: o segundo volume do PEM e a consolidação da *economia keynesiana*

A terceira edição do PEM, publicada em 1952, é a mais importante para nosso estudo. Não apenas foi nessa edição que surgiram os dois volumes, como também foi nela que Gudin adequou – com substancial hiato temporal, é verdade – o aparato teórico do livro aos debates relacionados à fronteira da macroeconomia internacional.

O primeiro volume da obra seguiu basicamente as diretrizes das edições de 1943 e 1947, sendo aproximadamente uma reprodução das ideias e teses já defendidas nas edições anteriores. Subjacente aos poucos novos componentes incorporados nesse volume, devemos salientar como crucial a percepção de Gudin acerca da inconformidade entre o que Keynes havia teorizado e aquilo que havia sido disseminado sob o rótulo de teoria keynesiana. Assim, percebe-se que Gudin reconhecia, de alguma forma e em algum grau, a dicotomia que viria a ser apontada por Leijonhufvud entre *economia keynesiana* e *economia de Keynes*. A percepção das divergências existentes está explícita no seguinte trecho: “[...] segundo *uma*

teoria keynesiana (se bem que *não do próprio Keynes*) [...]”^{53,54} (GUDIN, 1954, p. 282, grifo nosso).

A partir disso, podemos extrapolar duas observações. Primeiro, a expressão “*uma teoria keynesiana*” indica que Gudin admite um conceito mais amplo e heterogêneo de keynesianismo, com a possibilidade inerente de conflitos teóricos entre os distintos arcabouços (auto)proclamados keynesianos. Segundo, ele reconhece que às teorias keynesianas divergentes são atribuídos argumentos que não remontam ao próprio Keynes. Desse modo, assume-se a possibilidade de que *economia keynesiana* divirja efetivamente da *economia de Keynes*. Logo, não é mero acidente que as inovações teóricas presentes no segundo volume do PEM tenham sido centradas nos debates keynesianos internacionais e na teoria dominante que efluiu da TG. *Concluimos, então, que em 1952 as evidências apontam para o fato de que Gudin estava ciente da diferença entre essas duas teorias.*

Considerando o segundo volume do PEM, reparamos que é exatamente nele que surge a guinada de Gudin em relação aos debates contemporâneos mais atuais em macroeconomia e economia monetária. Assinalemos que das 192 vezes que o nome de Keynes foi mencionado na terceira edição, 135 (70,31%) estão localizadas no segundo volume. Em relação às citações da TG, o número é ainda mais significativo: das 48 vezes que Gudin se referiu ao grande livro de Keynes, 39 (81,25%) se encontram no segundo volume.

No entanto, mais importante do que analisar o aumento do número de citações a Keynes e à TG, é inquirir sobre a natureza do tratamento dado por Gudin aos debates macroeconômicos a serem transferidos para o Brasil. Ao longo de todo o segundo volume, a teoria econômica defendida por Keynes e suas repercussões sobre insígnis economistas foram contrastadas. *Desse modo, podemos dizer que os debates desencadeados pela TG haviam finalmente chegado ao PEM.*

Já no *Livro I: Elementos Básicos da Política Monetária*, Gudin cobriu as teorias e discussões em que os arquitetos da revolução keynesiana se envolveram. As diferentes teorias dos juros, tanto as que precederam a teoria de Keynes – como a de Fisher e a de Lavington – quanto as por Keynes suscitadas – como as teorias de Hawtrey, Hicks, Robertson e Viner – foram apresentadas e posicionadas à luz dos pressupostos de Keynes e do debate que as envolveu (GUDIN, 1952a, p. 67-72). Gudin, pessoalmente, acreditava que a teoria dos juros em maior conformidade com a realidade era a que seguia a linha schumpeteriana, segundo a

⁵³ O restante da sentença é irrelevante para o estabelecimento de nosso argumento.

⁵⁴ No segundo volume dessa edição, Gudin reitera essa inconformidade, alegando que: “A tese chamada do ‘poder de compra’, de fundo keynesiano (se bem que não de Keynes) [...]” (GUDIN, 1952a, p. 210).

qual a taxa de juros nada mais seria que uma “derivada genética do lucro” (GUDIN, 1952a, p. 56). Importante notar que essa teoria não se assemelha nem à de Keynes nem à dos revolucionários keynesianos.

Uma constatação fundamental nesse ponto é marcar que Gudin subscreveu abertamente ao diagnóstico de Hicks acerca da ‘*teoria especial de Keynes*’, que viria a ser conhecida como o caso da “armadilha da liquidez”⁵⁵ no modelo IS-LM (GUDIN, 1952a, p. 71). Nessa situação, Hicks (1937, p. 155) relegou a teoria de Keynes ao caso específico no qual a depressão enfrentada pela economia é tão profunda que a armadilha da liquidez entra em vigor. Dentro disso, sua famosa conclusão era que “[...] *the General Theory of Employment is the Economics of Depression*”. Keynes (1973 [1936], p. 207, grifo nosso), por sua vez, destacava: “*There is a possibility [...] that, after the rate of interest has fallen to a certain level, liquidity-preference may become virtually absolute in the sense that almost everyone prefers cash to holding a debt which yields so low a rate of interest*”. Em se tratando, então, de uma mera *possibilidade teórica*, não caberia caracterizar o caso de toda a economia de Keynes como o caso particular da armadilha da liquidez, tido pelo próprio autor como situação limite sem correspondência (até então) no mundo real: “[...] *whilst this limiting case might become practically important in future, I know of no example of it hitherto*” (KEYNES, 1973 [1936], p. 207, grifo nosso). Foi dessa forma que Gudin começou a dar forma mais expressiva à vertente keynesiana que estaria transmitindo ao Brasil.

Outros debates da fronteira são também representados no livro. Um exemplo são as ressalvas de Hawtrey e Robertson quanto aos motivos elaborados por Keynes para a demanda por moeda e a ausência de caracterização para os diferentes tipos de moeda (GUDIN, 1952a, p. 44). Ademais, a contradição referente à apresentação dos conceitos de poupança e investimento pela escola de Estocolmo, bem como os embates envolvendo a equalização entre poupança e investimento (Keynes-Hawtrey-Ohlin), e o descasamento periódico entre eles (Keynes-Haberler-Robertson), são também detalhados (GUDIN, 1952a, p. 82-89).

Não obstante, se o *Livro I* evidenciou o alcance da macroeconomia transmitida para o Brasil por Gudin, o *Livro II: Introdução à Política Econômica* forneceu importantes considerações que corroboram a aderência de Gudin à *economia keynesiana* em detrimento da *economia de Keynes*.⁵⁶

⁵⁵ Esse termo foi cunhado por Dennis Robertson, em 1936 (BOIANOVSKY, 2004, p. 92).

⁵⁶ É importante reconhecer, no entanto, que apesar de sua clara aderência à *economia keynesiana*, Gudin não reproduz as ferramentas por ela desenvolvidas, isto é, o aparato IS-LM. Uma ilustração disso está no fato que o termo “*IS-LM*” não aparece sequer uma vez nas três primeiras edições do PEM. Por outro lado, não se pode inferir a partir disso que Gudin não tinha conhecimento de sua existência.

Mais especificamente, no Capítulo 8 do segundo volume, Gudin trata aquilo que ele acredita ser a principal faceta da TG, qual seja, *A Teoria do Desemprego*. Apesar da elaborada retórica empregada por Gudin em sua argumentação, o tom do discurso desse capítulo abordou Keynes de forma um tanto quanto mais ríspida. A representação de Keynes, nesse ponto bastante similar à de alguns dos revolucionários keynesianos, é a que julgamos denotar o autêntico ponto de vista de Gudin sobre o autor britânico. A essas impressões Gudin claramente acrescentou seu toque conservador.

A acidez com a qual Gudin se dirige à *economia de Keynes* se materializa primeiramente na crítica da *forma* – no sentido aristotélico⁵⁷ – da obra. Na opinião de Gudin (1952a, p. 224), “Não deixa de ser curioso num homem da cultura clássica e humanística de Keynes o vício de construir esquemas desnecessariamente complicados e expressos em terminologia rebuscada”. Ademais, “Ao passivo de Keynes não se pode deixar de levar o muito de confusão que ele trouxe ao debate dos problemas econômicos, com uma inflação de terminologia, de definições e de raciocínios rebuscados e labirínticos, só toleráveis pelo prestígio do autor”⁵⁸ (GUDIN, 1952a, p. 227).

Depois da censura quanto à forma, Gudin segue com o tratamento crítico das teorias keynesianas. Primeiro, ele definiu a teoria do ciclo de Keynes como teoricamente vazia. De acordo com Gudin, Keynes não se prestou nem a desenvolver uma nova teoria, nem adequou a sua à alguma das teorias existentes (GUDIN, 1952a, p. 224). Segundo, e mais importante – além de bastante previsível, também – ele questionou a filosofia social de Keynes e extraiu desse exercício diversas conclusões que extrapolam o plano teórico.⁵⁹ Classificando Keynes como o ‘*amigo da onça do capitalismo*’, Gudin (1952a, p. 226) condena-o por defender, no vigésimo-quarto e último capítulo da TG, *Notas finais sobre a filosofia social a que poderia levar a Teoria Geral*, proposições que considerava escusas acerca da socialização dos investimentos e da eutanásia do capitalista (é notável o uso da expressão “amigo da onça do capitalismo” em um livro-texto). Para Gudin, tudo isso parecia inconsistente com o

⁵⁷ Forma, no sentido aristotélico, contrasta com essência, que qualifica a matéria. Enquanto a forma é acidental e pode ser alterada, a essência do objeto é conservada sob quaisquer formas que ele se manifeste.

⁵⁸ Apesar do tom agressivo adotado por Gudin, é difícil condená-lo inteiramente por notar a natureza difícil da TG. O livro é, de fato, uma obra confusa para aqueles que não estariam acostumados com a linguagem marshalliana utilizada em Cambridge no início do século XX.

⁵⁹ Muitos dos resenhistas do livro deliberadamente optaram por focar suas críticas aos aspectos controversos desse capítulo e daí extrair conclusões macroeconômicas, ao invés de tratar as propostas teóricas desenvolvidas entre os capítulos 2 e 23. Para maiores explicações sobre a filosofia social de Keynes, ver Backhouse e Bateman (2011) e Garrison (1992). Garrison (1992, p. 475, grifo nosso) ilustra o Capítulo 24 da seguinte maneira: “*if chapter 2 through 23 read like papers presented in a series of seminars, Chapter 24 reads more like a transcription of lively conversation at the cocktail party marking the end of the series. Standing at the open bar, Keynes lets down his guard and tells the reader what he has in mind for our future. He looks forward to a more equitable and less arbitrary world, achievable, in his judgment, within one or two generations*”.

diagnóstico e a prescrição de políticas de Keynes. Citando o “insuspeito” Alvin Hansen – e insinuando que Keynes tendia ao socialismo –, Gudin adotou o argumento que essa socialização nos dirigiria à economia planificada, e que a situação delicada em que a economia seria posta não seria suficientemente contrabalanceada pela decorrente redistribuição de renda (GUDIN, 1952a, p. 226). Aliás, o argumento de que praticamente quaisquer intervenções levariam a economia a um tipo de planificação totalitarista, de aumento excessivo da presença do Estado foi recorrente em todo o trabalho de Gudin (e de vários neoliberais da MPS).

Finalmente, exercitando sua retórica e procurando não se colocar de modo absolutamente crítico ao avassalador *mainstream* que se formava, Gudin diz que a infertilidade infligida ao debate internacional fora um baixo custo a pagar pelas contribuições de Keynes ao estabelecimento da macroeconomia e ao estudo de múltiplos problemas econômicos fundamentais. Nas palavras do autor: “[...] a esterilidade dos debates criados por essa confusão e mais o injusto menosprezo votado a tantos economistas de real valor, representam, mesmo assim, um preço módico pela contribuição extremamente valiosa trazida por Keynes [...]” (GUDIN, 1952a, p. 227).

5.3. POSIÇÕES CONTRASTANTES? O DESFECHO DOS ELEMENTOS DA TRANSMISSÃO

Pelo que foi exposto, podemos, agora, analisar os dois elementos restantes no processo de transmissão das ideias de Keynes no Brasil: a *forma e o conteúdo*, bem como a *modificação* da ideia.

Enquanto representante dos tópicos ou da matéria integrantes de uma elaboração teórica, o conceito de *forma e conteúdo* de uma ideia responde pela essência dessa teoria e pelo seu aspecto referencial. A transmissão dessa forma e conteúdo, no entanto, envolve vários fatores. Talvez o mais importante deles diga respeito, segundo Spengler (1970, p. 143), ao fato de que o processo é facilitado – ou mesmo só é possível – quando as ideias têm conteúdo que *serve a algum propósito* em sua região de destino. Por conseguinte, quanto maior for a carga de valores culturais e filosofias sociais específicos incorporados em uma teoria, mais difícil será para ela florescer em arranjos culturais alheios (MÄKI, 1996, p. 319).

Podemos inferir, então, que dada a “*allure scientifique*”⁶⁰ da economia keynesiana, com sua roupagem walrasiana mais formal e abstrata, a sua capacidade de penetração em círculos culturais distintos seria maior que a das interpretações de Keynes sem esses traços, como de fato se verificou na posição hegemônica que a *economia keynesiana* atingiu em escala global.

As considerações de Gudin não foram exceção a essa tendência, e seu conteúdo foi apresentado em harmonia com as teorias construídas pelos *fabricantes* da revolução keynesiana. Através de seu contato com indivíduos radicados nos grandes centros acadêmicos norte-americanos, Gudin teve contato com a economia keynesiana e acabou por transmiti-la no Brasil. Isso é bem ilustrado por Scalercio e Almeida (2012, p. 160), que compararam o serviço realizado à academia brasileira por Gudin na difusão das ideias keynesianas ao esforço de Alvin Hansen em transformar a academia norte-americana em um reduto do pensamento keynesiano.⁶¹ Assim, guardadas as devidas proporções, ao passo que Hansen expôs a teoria keynesiana nos EUA, Gudin foi o principal responsável pela difusão da economia keynesiana no Brasil.⁶²

Daí a verificação que o PEM marcou a incorporação da macroeconomia ortodoxa – ou, se preferir, a macroeconomia *mainstream* - à academia brasileira. A forma e o conteúdo do keynesianismo apresentado por Gudin, inequivocamente, foi a derivada do movimento que ficou conhecido como revolução keynesiana.

Agora, se para além de apresentar as ideias keynesianas, Gudin compactuava com os preceitos desse conjunto de teorias e conclusões é uma deliberação mais profunda e de difícil mensuração com o material que reunimos. Identificamos inconsistências entre os argumentos apresentados por Gudin no PEM e em alguns documentos – pessoais ou publicados – que integram seu arquivo. Nós acreditamos que, embora esse não seja o objetivo do nosso trabalho, essas inconsistências não devem ser ignoradas. Por isso as tratamos abaixo.

Essas instâncias conflitantes no pensamento gudiniano dizem respeito à divisão Marshall-Walras dentro da teoria econômica e, particularmente, no que estava ocorrendo dentro da macroeconomia ao longo da revolução keynesiana – por isso tratamos dessa divisão em um dos capítulos anteriores. Primeiro, anotemos que em paralelo à sua representação fiel do pensamento dos revolucionários keynesianos, cuja abordagem é marcadamente walrasiana, Gudin classifica, em troca de cartas com Viner, o equilíbrio geral como uma ferramenta

⁶⁰ O próprio Gudin usa esse termo. Em tradução livre, podemos tê-lo como *charme científico* (Gudin para Viner, 15 de julho de 1957, Viner Papers, Box 12, Folder 15).

⁶¹ Scalercio e Almeida o fazem sem qualificar o *tipo* de keynesianismo que os autores transmitiram.

⁶² Como apresentado na Seção 4.3, Robert Bryce havia precedido – sem sucesso – Hansen nessa tarefa.

analítica frequentemente estéril, criticando o livro seminal de Patinkin⁶³ pela esterilidade incorrida no emprego desse arcabouço (Gudin para Viner, 15 de julho de 1957, Viner Papers, Box 12, Folder 15). Segundo, e no mesmo sentido, na mesma carta a Viner – e também em seu *review* do livro de Patinkin – Gudin é claro ao estabelecer que “[...] *if a deluge were to wash away all the great treatises on economics, I would rather lose Walras’ “Éléments” than Marshall’s “Principles”*” (Dr Gudin’s Review of Patinkin, Baumol para Viner, 21 de junho de 1957, Viner Papers, Box 12, Folder 15).

Terceiro, e mais significativo, porém, é tomar nota sobre o que Gudin, aquele que transmitiu o keynesianismo walrasiano no Brasil, ressalta ao comparar as obras de Keynes e Patinkin: “*Patinkin’s main object, like Keynes, is to build a system and – more than Keynes – a general equilibrium system, in which no possible variable should be missing*” (Gudin para Viner, 15 de julho de 1957, Viner Papers, Box 12, Folder 15). Isso corrobora o argumento de que Gudin reconhecia haver sensíveis diferenças entre Keynes e aqueles que deram origem à economia keynesiana. Contudo, isso vai ainda além dessa verificação, pois mostra que Gudin reconhecia não haver na TG de Keynes uma formulação de equilíbrio geral.

Para um suposto adepto da *economia keynesiana*, esse não deveria ser o caso, e também a obra de Walras – não de Marshall – deveria servir como referência teórica fundamental. Logo, ao afastar Gudin da concepção walrasiana abstrata e idealista de economia, essa proposição o aproxima da versão marshalliana de Keynes, que é a visão aderente à realidade do próprio economista britânico. Aproxima-se, Gudin, então, do que estamos chamando da economia de Keynes – ao menos metodologicamente. Em se tratando de transmissão, no entanto, o peso maior deve ser dado à obra central de Gudin, como fizemos. Sendo assim, isso deve ser considerado, pelo menos no plano positivo, como um indício que Gudin cultivava certa simpatia em relação à *economia de Keynes* – ou, ao menos, parte dela – e que certa influência por parte dessa vertente do keynesianismo foi exercida sobre ele. Obviamente, e não desejando incorrer em um grave anacronismo, não queremos dizer que ele era um keynesiano fundamentalista.

A modificação da ideia, por sua vez, refere-se à fase da transmissão na qual contribuições teóricas efetivas podem ser verificadas na extremidade final do processo de difusão (MÄKI, 1996, p. 319). No caso da absorção da *economia keynesiana* na academia brasileira, a única notável modificação introduzida por Gudin foi a adaptação de uma ideia concebida e desenvolvida em países líderes ao contexto de uma economia reflexa. Ademais, a

⁶³ *Money, Interest, and Prices*, publicado 1956.

ideia original foi transmitida no Brasil como fora construída na Inglaterra e nos EUA. A natureza de livro-texto que o PEM tinha deve ser considerada fator decisivo nessa transmissão com poucas adaptações. Por conseguinte, nós concluímos que os esforços de Gudin no PEM introduziram a *economia keynesiana* na academia brasileira, não a economia de Keynes.

O PEM, então, marcando realmente uma transcrição das teorias macroeconômicas dominantes, reforça o status de Gudin como pioneiro no ensino da ciência econômica no Brasil. Nesse sentido, sua opção foi, apesar de preferir Marshall a Walras, por apresentar o *mainstream* internacional à ainda tremendamente incipiente academia brasileira.

6. A TRANSMISSÃO DO KEYNESIANISMO NO BRASIL: NOTAS CONCLUSIVAS

Em 1970, Spengler (1970, p. 133) acreditava que “*historians of ideas have devoted little attention to the social processes underlying the transmission of ideas from culture to culture and from nation to nation*”. Nesse contexto, nós tentamos ampliar o conhecimento dos processos estudados por essa subárea da HPE analisando a introdução do ideário keynesiano, no cenário acadêmico brasileiro, através do trabalho de Eugênio Gudin.

Aplicando o arcabouço de Spengler-Mäki, nós realizamos uma análise *economist-centred* da primeira esfera de influência do keynesianismo no Brasil em sua condição de periferia intelectual de meados do século XX.⁶⁴ Tendo sempre em mente esse objetivo fundamental, fomos capazes de identificar os seis elementos da difusão de Keynes no Brasil. Não obstante as dificuldades e nuances inerentes à caracterização das conjecturas econômicas de Gudin, descritas no Capítulo 3, chegamos a algumas interessantes conclusões no que tange à adaptação e transmissão do keynesianismo na academia brasileira. Antes de enunciá-las, entretanto, cabe sistematizar quais foram os elementos da transmissão detectados. Essa informação está sintetizada no quadro 3.

Quadro 3 – Os elementos da transmissão do ideário keynesiano no Brasil

<i>Os elementos da transmissão</i>	<i>Quem?</i>	<i>Quando?</i>	<i>Como?</i>	<i>Onde?</i>
Criação da ideia	John Maynard Keynes	1936	<i>A Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda</i>	Cambridge, Reino Unido.
Porto de exportação	A. Hansen; F. Modigliani; B. Ohlin; P. Samuelson; J. Viner; etc.	1937-1953	Revolução Keynesiana	EUA
Porto de entrada	Eugênio Gudin	1943-1952	<i>Princípios de Economia Monetária</i>	Rio de Janeiro, Brasil
Forma e conteúdo	Revolucionários Keynesianos	-	Conteúdo: Keynesianismo Forma: economia keynesiana	-
Modificações	A representação dada por Gudin à economia keynesiana é fiel aos desdobramentos da revolução keynesiana.			
Mecanismos da transmissão	Contato direto e indireto com Keynes e os revolucionários keynesianos			

Fonte: Elaborado pelo autor

⁶⁴ Isso não significa que o Brasil tenha superado o status de periferia intelectual.

A ideia central a todo o processo foi concebida por John Maynard Keynes, especialmente na TG, o livro seminal que ele publicou em 1936. Após o empreendimento da *onda de modelagem* e a sua transferência para a maior potência econômica e intelectual da época, os EUA, o keynesianismo se espalhou aos quatro ventos através do que chamamos aqui de *onda de propagação*. Assim, a revolução keynesiana foi incisivamente exportada para o resto do mundo. No Brasil, Eugênio Gudín foi o indivíduo que assimilou esse movimento e o retransmitiu à academia brasileira, primordialmente através de seu PEM. Dado que do livro de Keynes surgiram duas classes principais e conflitantes de keynesianismo, Gudín tratou de transferir aquela que dominava o cenário acadêmico norte-americano – e, logo, o mundial –, reproduzindo de forma bastante fiel o keynesianismo advindo da *economia keynesiana*. Por fim, tal movimento somente foi possível devido ao fato que Gudín teve contato de diversos graus com o próprio Keynes, com os revolucionários keynesianos, e com suas respectivas obras.

Posto isso, passamos, então, às conclusões específicas sobre o tratamento dado por Gudín à teoria keynesiana, ou seja, às minúcias dos elementos *forma e conteúdo* e *modificação da ideia*.

A primeira conclusão a que se chega é que, embora o arquivo pessoal de Gudín nos forneça fortes evidências de que ele era um indivíduo que acompanhava o debate internacional, o mesmo não pode ser dito sobre o PEM. Da forma como foi publicado pela primeira vez, em 1943, o PEM *não* era um livro atualizado. Isso é produto da verificação que a TG, o livro que havia transformado a ciência econômica, não foi citado sequer uma vez na obra. Dessa forma, o pensamento keynesiano apresentado pela primeira edição do PEM é aquele que integra o TRM e o TM. Os temas abarcados são de natureza técnica e histórica – ao invés de teórica. O TM, a bem da verdade, com seu tom clássico, foi uma fonte de inspiração para que Gudín escrevesse o PEM (RIBEIRO, 1981, p. 105).

A segunda conclusão é que, dada a falta de atualização das primeiras edições do PEM, os debates internacionais da época foram incorporados e transmitidos no Brasil somente na terceira edição do livro. A publicação de seu segundo volume, adicionado à obra em 1952, é a marca desse evento. Nesse volume, a fronteira da macroeconomia internacional apresentada no Capítulo 4 foi sistematicamente analisada e a sofisticação teórica nela contida foi finalmente adaptada ao cenário acadêmico brasileiro. As ferramentas concentradas no aparato IS-LM, por outro lado, não foram reproduzidas por Gudín, indicando ainda certa falta de sofisticação do PEM nesse aspecto específico.

A terceira e última conclusão é a que nós consideramos a mais importante para os desdobramentos metodológico-teóricos do keynesianismo no Brasil. Dentre as interpretações de Keynes, também apresentadas no Capítulo 4, a dominante é inquestionavelmente a delineada pela revolução keynesiana – que, como exposto, não foi nem uma revolução, nem keynesiana *per se*. Gudin, em suas revisões de Keynes e dos debates engendrados pela TG, optou por endossar essa abordagem dominante. Estabeleceu, assim, a *economia keynesiana* como a representação de Keynes sobre a qual ele – e a maior parte das gerações de economistas brasileiros doutrinados por Gudin e/ou pelo PEM – pavimentariam seus pensamentos.

Em suma, o economista brasileiro Eugênio Gudin foi de fato pioneiro na transmissão do ideário keynesiano no Brasil. Embora ele o tenha feito com algum hiato temporal, Gudin foi o responsável por colocar as gerações mais jovens de economistas brasileiros em contato com os debates que dominavam a macroeconomia internacional. Para além disso, a teoria keynesiana que ele optou por representar – e ele reconhecia a existência de diferentes “*keynesianismos*” – não derivava do trabalho do próprio Keynes. Alguns documentos de seu arquivo, no entanto, sugerem que ele não necessariamente compactuava com o tipo de keynesianismo que o PEM transmitia.

É importante, também, ter em mente que Gudin era *inegavelmente* um economista liberal, cuja influência em círculos políticos sempre agiu na direção do estabelecimento do paradigma neoclássico. Embora ele não fosse um liberal nos termos da MPS, ele não apoiava literalmente as políticas prescritas pela vertente keynesiana.⁶⁵ O uso intelectual que ele fez dessas políticas pode ser justificado pela necessidade retórica de representar os debates macroeconômicos internacionais – especialmente os referentes à economia monetária – e o pragmatismo que ele cultivava em suas considerações econômicas.

Pragmático como era, Gudin fez uso do expediente intelectual de flutuar entre distintas doutrinas econômicas para garantir consistência à sua batalha nas trincheiras, na qual ele lutou ferozmente contra o processo inflacionário que identificava no Brasil. Esse inimigo, a quem Gudin jamais venceu, sempre foi o alvo de seus estudos e permeou completamente os esforços de sua vida pública e acadêmica.

⁶⁵ Como o próprio Gudin colocou, “[...] *I am not a 100% free-trader. I believe in developing Brazil’s industry; I agree with infant industry’s policies etc.*” (Gudin para Viner, 29 de janeiro de 1959, Viner Papers, Box 12, Folder 15).

REFERÊNCIAS

FONTES PRIMÁRIAS

Arquivos Pessoais de Eugênio Gudín. Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil. Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, RJ

Gottfried Haberler Papers. Hoover Institution. Stanford University, Stanford, CA

Jacob Viner Papers. Seeley G. Mudd Manuscript Library. Princeton University, Princeton, NJ

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAHÃO, C. Eugênio Gudín disseminador do *laissez-faire* no Brasil. IN: DANTAS, J. **Gudín-Bulhões-Furtado: matrizes do pensamento econômico brasileiro**. Maringá: Eduem, 1999

BACKHOUSE, R. The transformation of U.S. Economics, 1920-1960, viewed through a survey of journal articles. **History of Political Economy**, Vol. 30 (Supplement), pp. 1-26, 1998

_____. Progress in heterodox economics. **Journal of the History of Economic Thought**, Vol. 22, n. 2, pp. 149-155, 2000

_____. The Keynesian revolution. IN: BACKHOUSE, R.; BATEMAN, B. W. **The Cambridge companion to Keynes**. Cambridge: Cambridge University Press, 2006

BACKHOUSE, R.; BATEMAN, B. A cunning purchase. IN: BACKHOUSE, R.; BATEMAN, B. W. **The Cambridge companion to Keynes**. Cambridge: Cambridge University Press, 2006

_____. Capitalist revolutionary: John Maynard Keynes. Cambridge, Londres: Harvard University Press, 2011

BACKHOUSE, R.; BOIANOVSKY, M. **Secular stagnation: the history of a macroeconomics heresy**. Meetings of the European Society for the History of Economic Thought, Rome, 14 de maio 2015

BACKHOUSE, R.; LAIDLER, D. What was lost with IS-LM. **History of Political Economy**, Vol. 36 (Supplement), pp. 25-56, 2004

BALISCIANO, M. Hope for America: American notions of economic planning between pluralism and neoclassicism, 1930-1950. **History of Political Economy**, Vol. 30 (Supplement), pp. 153-178, 1998

BARREIROS, D. de P. Atuação da delegação brasileira na formulação do acordo internacional de Bretton Woods (1942-1944). **História**, Vol. 28 (2), pp. 515-570, 2009

BARRO, R. New classicals and Keynesians, or the good and bad guys. **Schweizerische Zeitschrift für Volkswirtschaft und Statistik**, n. 3, pp. 263-273, 1989

BIDERMAN, C.; COZAC, L. F. L.; REGO, J. M. **Conversas com economistas brasileiros**. São Paulo: Editora 34, 1996

BIELSCHOWSKY, R. **Pensamento econômico brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1995

_____. Cinquenta anos de pensamento da Cepal – uma resenha. IN: BIELSCHOWSKY, R. (Org.). *Cinquenta anos de pensamento da Cepal: volume 1*. Rio de Janeiro; São Paulo: Editora Record, 2000

_____. Eugênio Gudín. **Estudos Avançados**, Vol. 15 (41), pp. 91-110, 2001

BLAUG, M. Second thoughts on the Keynesian revolution. **History of Political Economy**, Vol. 23, n. 2, pp. 171-192, 1991

_____. No history of ideas, please, we're economists. **The Journal of Economic Perspectives**, Vol. 15, n. 1, pp. 145-164, 2001

BOIANOVSKY, M. The IS-LM model and the liquidity trap concept: From Hicks to Krugman. **History of Political Economy**, Vol. 36 (Supplement), pp. 92-126, 2004

_____. A view from the tropics: Celso Furtado and the theory of economic development in the 1950s. **History of Political Economy**, Vol. 42, n. 2, pp. 221-266, 2010

_____. Celso Furtado and the Structuralist-Monetarist debate on economic stabilization in Latin America. **History of Political Economy**, Vol. 44, n. 2, pp. 277-330, 2012

BORGES, M. A. **Eugênio Gudín: capitalismo e liberalismo**. São Paulo: EDUC, 1996.

_____. Eugênio Gudín: as controvérsias do neoliberalismo caboclo. **Revista de Economia Política**, Vol. 20, n. 4 (80), pp. 102-115, outubro-dezembro/2000

BOSERUP, M. The international transmission of ideas: a small-country case study. **History of Political Economy**, Vol. 12, n. 3, pp. 420-433, 1980

BRONFENBRENNER, M. The introductory course: comment. **The American Economic Review**, Vol. 32, n. 3(1), pp. 557-558, 1942

CAMPOS, R. O fraturador de mitos e poeta incômodo. IN: GETÚLIO VARGAS FOUNDATION. **Eugênio Gudín visto por seus contemporâneos**. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1979

_____. **A lanterna na popa**. Rio de Janeiro: Topbooks, 1994

_____. Roberto de Oliveira Campos. IN: BIDERMAN, C.; COZAC, L. F. L.; REGO, J. M. **Conversas com economistas brasileiros**. São Paulo: Editora 34, 1996. Entrevista.

CARDOSO, J. L. Reflexões periféricas sobre a difusão internacional do pensamento econômico. **Nova Economia**, Vol. 19 (2), pp. 251-265, maio-agosto/2009

CARNEIRO, P. E. O exemplo e a lição de Eugênio Gudín – traços de sua personalidade. IN: GETÚLIO VARGAS FOUNDATION. **Eugênio Gudín visto por seus contemporâneos**. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1979

CARNEIRO NETTO, D. D. **Dionísio Dias Carneiro (depoimento, 2000)**. Rio de Janeiro, CPDOC, 2003. Entrevista.

CHACEL, J. M. Eugênio Gudín – o professor. IN: GETÚLIO VARGAS FOUNDATION. **Eugênio Gudín visto por seus contemporâneos**. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1979

CHIEZA, R. A.; GASPARY, D. A atualidade da controvérsia do planejamento entre Roberto Simonsen e Eugênio Gudín e os paradoxos do modelo econômico de Luiz Inácio Lula da Silva (2004-2010). **The Iberian Journal of the History of Economic Thought**, Vol. 1, n. 1, pp. 19-41, 2014

COATS, A. W. Is there a ‘structure of scientific revolutions’ in economics? **Kyklos**, Vol. 22, n. 2, pp. 289-296, 1969

COATS, A. W.; COLANDER, D. C. An introduction to the spread of economic ideas. IN: COLANDER, D. C.; COATS, A. W. **The spread of economic ideas**. Cambridge: Cambridge University Press, 1989

COLANDER, D.; LANDRETH, H. **The coming of Keynesianism to America: conversations with the founders of Keynesian economics**. Cheltenham: Edward Elgar, 1996

CURADO, M.; CAVALIERI, M. Uma Crítica à Interpretação Inflacionista do Desenvolvimentismo. **Economia e Sociedade**, Vol. 24, n. 1 (53), pp. 57-86, 2015.

CURI, L.; CUNHA, A. Redimensionando a contribuição de Roberto Simonsen à controvérsia do planejamento (1944-1945). **América Latina en la Historia Económica**, Vol. 22, n. 3, pp. 76-107, 2015

DE VROEY, M. The history of macroeconomics viewed against the background of the Marshall-Walras divide. **History of Political Economy**, Vol. 36 (Supplement), pp. 57-91, 2004

_____. A Marshall-Walras divide? A critical review of the prevailing points. **History of Political Economy**, Vol. 41, n. 4, pp. 709-736, 2009

DE VROEY, M.; HOOVER, K. Introduction: seven decades of the IS-LM model. **History of Political Economy**, Vol. 36 (Supplement), pp. 1-11, 2004

DENZAU, A.; NORTH, D. Shared mental models: ideologies and institutions. **Kyklos**, Vol. 47, n. 1, pp. 3-31, 1994

DILLARD, D. Keynes and Proudhon. **The Journal of Economic History**, Vol. 2, n. 1, pp. 63-76, 1942

DIMAND, R. What Keynesian revolution? A reconsideration of seventy years after The General Theory. IN: DIMAND, R.; MUNDELL, R.; VERCELLI, A. **Keynes's General Theory after seventy years**. New York: Palgrave Macmillan, 2010

DORFMAN, J. The role of the German Historical School in American economic thought. **The American Economic Review**, Vol. 45, n. 2, pp. 17-28, maio/1955

FONSECA, E. G. Eduardo Gianetti da Fonseca. IN: BIDERMAN, C.; COZAC, L. F. L.; REGO, J. M. **Conversas com economistas brasileiros**. São Paulo: Editora 34, 1996. Entrevista

FONSECA, P. Gênese e precursores do desenvolvimentismo no Brasil. **Revista Pesquisa & Debate**, Vol. 15, n. 2 (26), pp. 225-256, 2004

_____. Desenvolvimentismo: a construção do conceito. IN: DATHEIN, R. **Desenvolvimentismo: o conceito, as bases teóricas, as políticas**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2015

FURTADO, C. A fantasia organizada. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985

_____. Celso Monteiro Furtado. IN: BIDERMAN, C.; COZAC, L. F. L.; REGO, J. M. **Conversas com economistas brasileiros**. São Paulo: Editora 34, 1996. Entrevista.

GARRISON, R. Keynesian splenetics: from social philosophy to macroeconomics. **Critical Review: A Journal of Politics and Society**, Vol. 6, n. 4, pp. 471-492, 1992

GOODWIN, C. Doing good and spreading the gospel (economic). IN: COLANDER, D. C.; COATS, A. W. **The spread of economic ideas**. Cambridge: Cambridge University Press, 1989

GUDIN, E. **Princípios de economia monetária**. Rio de Janeiro, São Paulo: Editora Civilização Brasileira S/A, 1943 (1ª Edição)

_____. **Princípios de economia monetária**. Rio de Janeiro: Livraria Agir Editora, 1947 (2ª Edição)

_____. **Princípios de economia monetária: 2nd volume**. Rio de Janeiro: Livraria Agir Editora, 1952a (3ª Edição)

_____. O caso das nações subdesenvolvidas. **Revista Brasileira de Economia**, Vol. 6, n. 3, pp. 47-78, 1952b

_____. **Princípios de economia monetária: 1st volume**. Rio de Janeiro: Livraria Agir Editora, 1954 (3ª Edição)

HADDAD, P. R. Brazil: economists in a bureaucratic-authoritarian system. **History of Political Economy**, Vol. 13, n. 3, pp. 656-680, 1981

HAGEMANN, H. European émigrés and the ‘Americanization’ of economics. **The European Journal of the History of Economic Thought**, Vol. 18, n. 5, pp. 643-671, 2011

HALL, P. Conclusion: the politics of Keynesian ideas. IN: HALL, P. **The political power of economic ideas: Keynesianism across nations**. Princeton: Princeton University Press, 1989a

_____. Introduction. IN: HALL, P. **The political power of economic ideas: Keynesianism across nations**. Princeton: Princeton University Press, 1989b

HANSEN, A. Economic progress and declining population growth. **The American Economic Review**, Vol. 29, n. 1, pp. 1-15, 1939

HELLER, C. Hicks, a Teoria Geral e a Teoria Geral generalizada. **Revista EconomiA**, Vol. 7, n. 3, pp. 401-436, 2007

HICKS, J. Mr. Keynes and the “Classics”; a suggested interpretation. **Econometrica**, Vol. 5, n. 2, pp. 147-159, abril/1937

HIRSCHMAN, A. How the Keynesian revolution was exported from the United States. IN: HALL, P. **The political power of economic ideas: Keynesianism across nations**. Princeton: Princeton University Press, 1989

HODGSON, G. **How economics forgot history**. London, New York: Routledge, 2001

HOOVER, K. A history of postwar monetary economics and macroeconomics. IN: SAMUELS, W.; BIDDLE, J.; DAVIS, J. **A companion to the history of economic thought**. Malden: Blackwell Publishing, 2003

HUTCHISON, T. W. Insularity and cosmopolitanism in economic ideas, 1870-1914. **The American Economic Review**, Vol. 45, n. 2, pp. 1-16, maio/1955

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **A controvérsia do planejamento na economia brasileira**. Brasília: IPEA, 2010

JELVEH, Z.; KOGUT, B.; NAIDU, S. Political language in economics. **Columbia Business School Research paper No. 14-57**, 2015. Acesso em 22/01/2016

JOHNSON, E.; MOGGRIDGE, D.; ROBINSON, A. (Eds.). **The Collected Writings of John Maynard Keynes: Volume 14: The General Theory and after: Part II. Defence and development**. Cambridge: Cambridge University Press, 1973

KAFKA, A. Dr. Gudín e o Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas. IN: GETÚLIO VARGAS FOUNDATION. **Eugênio Gudín visto por seus contemporâneos**. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1979

KESTLER, I. **Exílio e literatura**: escritores de fala alemã durante a época do nazismo. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2003

KEYNES, J. M. Alfred Marshall, 1842-1924. **The Economic Journal**, Vol. 34, n. 135, pp. 311-372, setembro/1924

_____. The General Theory of employment, interest and money. IN: JOHNSON, E.; MOGGRIDGE, D.; ROBINSON, A. (Eds.). **The Collected Writings of John Maynard Keynes**: Volume 7: The General Theory of employment, interest, and money Cambridge: Cambridge University Press, 1973 [1936]

_____. Letter to J. R. Hicks, 31 March 1937. IN: JOHNSON, E.; MOGGRIDGE, D.; ROBINSON, A. (Eds.). **The Collected Writings of John Maynard Keynes**: Volume 14: The General Theory and after: Part II. Defence and development. Cambridge: Cambridge University Press, 1973 [1937a]

_____. Alternative theories of the rate of interest. IN: JOHNSON, E.; MOGGRIDGE, D.; ROBINSON, A. (Eds.). **The Collected Writings of John Maynard Keynes**: Volume 14: The General Theory and after: Part II. Defence and development. Cambridge: Cambridge University Press, 1973 [1937b]

KINDLEBERGER, C. How ideas spread among economists: examples from international economics. IN: COLANDER, D. C.; COATS, A. W. **The spread of economic ideas**. Cambridge: Cambridge University Press, 1989

KING, J. E. **A history of post-Keynesian economics since 1936**. Cheltenham: Edward Elgar, 2002

KOPPL, R. The Walras paradox. **Eastern Economic Journal**, Vol. 21, n. 1, pp. 43-55, 1995

LAIDLER, D. **Fabricating the Keynesian revolution**: studies on the inter-war literature of money, the cycle, and unemployment. Cambridge: Cambridge University Press, 1999

_____. Keynes and the birth of modern macroeconomics. IN: BACKHOUSE, R.; BATEMAN, B. W. **The Cambridge companion to Keynes**. Cambridge: Cambridge University Press, 2006

LEIJONHUFVUD, A. **On Keynesian economics and the economics of Keynes**: a study in monetary theory. New York: Oxford University Press, 1968

_____. Mr Keynes and the moderns. IN: PASINETTI, L.; SCHEFOLD, B. **The impact of Keynes on Economics in 20th century**. Cheltenham: Edward Elgar, 1999

_____. Keynes as a Marshallian. IN: BACKHOUSE, R.; BATEMAN, B. W.; **The Cambridge companion to Keynes**. Cambridge: Cambridge University Press, 2006

LETICHE, J. M.; HILDEBRAND, G. H.; JAFFÉ, W. Discussion. **The American Economic Review**, Vol. 45, n. 2, pp. 29-39, maio/1955

LEWINSOHN, R. Eugênio Gudín – Princípios de Economia Monetária. **Revista Brasileira de Economia**, Vol. 1, n. 1, pp. 110-113, 1947

LLOMBART, V. Market for ideas and reception of physiocracy in Spain: some analytical and historical suggestions. **The European Journal of the History of Economic Thought**, Vol. 2, n. 1, pp. 29-51, primavera/1995

LODEWIJFKS, J. Bastard Keynesianism. IN: KING, J. **The Elgar companion to Post Keynesian economics**. Cheltenham: Edward Elgar, 2003

LOPES, L. S. Preface. IN: GETÚLIO VARGAS FOUNDATION. **Eugênio Gudín visto por seus contemporâneos**. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1979

LOUREIRO, M. R. The professional and political impacts of the internationalization of economics in Brazil. **History of Political Economy**, Vol. 28 (Supplement), pp. 184-207, 1996

LOVE, J. **Crafting the third world: theorizing underdevelopment in Rumania and Brazil**. Stanford: Stanford University Press, 1996

MÄKI, U. Economic thought on the outskirts: toward a historiographical framework for studying intellectual peripheries. **Research in the history of economic thought and methodology**, Vol. 14, pp. 307-323, 1996

MANTEGA, G. **A economia política brasileira**. São Paulo: Livraria e Editora Polis, 1984

MINI, P. Keynes's microeconomics: some lessons. IN: DOW, S.; HILLARD, J. **Keynes, uncertainty and the global economy**. Cheltenham: Edward Elgar, 2002

MOGGRIDGE, D. E. The influence of Keynes on the economics of his time. IN: KEYNES, Milo. **Essays on John Maynard Keynes**. Cambridge: Cambridge University Press, 1975

MORGAN, M.; RUTHERFORD, M. American economics: the character of the transformation. **History of Political Economy**, Vol. 30 (Supplement), pp. 1-26, 1998

PATINKIN, D. On different interpretations of the *General Theory*. **Journal of Monetary Economics**, Vol. 26, n. 1, pp. 205-243, 1990

PEARCE, K.; HOOVER, K. After the revolution: Paul Samuelson and the textbook Keynesian model. **History of Political Economy**, Vol. 27 (Supplement), pp. 183-216, 1995

PIGOU, A. C. Mr. J. M. Keynes' General Theory of Employment, Interest and Money. **Economica**, Vol. 3, n. 10, pp. 115-132, 1936

PLEHWE, D. Introduction. IN: MIROWSKI, P.; PLEHWE, D. **The road from Mont Pèlerin: the making of the neoliberal thought collective**. Cambridge, London: Harvard University Press, 2009a

_____. The origins of the neoliberal economic development discourse. IN: MIROWSKI, P.; PLEHWE, D. **The road from Mont Pèlerin: the making of the neoliberal though collective**. Cambridge, London: Harvard University Press, 2009b

PORTES, R. Economics in Europe. **European Economic Review**, Vol. 31, n. 1, pp. 1329-1340, 1987

PSALIDOPOULOS, M. Keynesianism across nations: the case of Greece. **The European Journal of the History of Economic Thought**, Vol. 3, n. 3, pp. 449-462, 1996

RIBEIRO, C. A. **Casimiro Ribeiro I (depoimento 1975/1979)**. Rio de Janeiro, CPDOC. 121p. dat., 1981. Entrevista.

ROBINSON, J. Disguised unemployment. **Economic Journal**, Vol. 46, n. 182, pp. 225-237, 1936

_____. The second crisis of economic theory. **The American Economic Review**, Vol. 62, pp. 1-10, 1972

RODRIGUES, C. H. L. **A questão do protecionismo no debate entre Roberto Simonsen e Eugênio Gudin**. 2005. 160f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual de Campinas, Programa de Pós-Graduação em História Econômica, Campinas, 2005

RONCAGLIA, A. **The wealth of ideas: a history of economic thought**. Cambridge: Cambridge University Press, 2005

RÜHL, C.; LAIDLER, D. Perspectives on modern macroeconomic theory and its history: an interview with David Laidler. **Review of Political Economy**, Vol. 10, n. 1, pp. 27-56, 1998

SALANT, W. The spread of Keynesian doctrines and practices in the United States. IN: HALL, P. **The political power of economic ideas: Keynesianism across nations**. Princeton: Princeton University Press, 1989

SAMUELS, W.; MEDEMA, S. Freeing Adam Smith from the “Free Market”: on the misperception of Adam Smith on the economic role of government. **History of Political Economy**, Vol. 37, n. 2, pp 219-226, 2005

SAMUELSON, P. The General Theory [1946]. IN: LEKACHMAN, R. **Keynes’ General Theory: reports of three decades**. New York: St. Martin’s Press, 1964

SCALERCIO, M.; ALMEIDA, R. de. **Eugênio Gudin: inventário de flores e espinhos – um liberal em estado puro**. Rio de Janeiro: Insight, 2012

SIMONSEN, M. H. Eugênio Gudin e a teoria da inflação. IN: GETÚLIO VARGAS FOUNDATION. **Eugênio Gudin visto por seus contemporâneos**. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1979

_____. Mário Henrique Simonsen. IN: BIDERMAN, C.; COZAC, L. F. L.; REGO, J. M. **Conversas com economistas brasileiros**. São Paulo: Editora 34, 1996. Entrevista.

SKOUSEN, M. **The big three in economics**: Adam Smith, Karl Marx and John Maynard Keynes. Armonk, London: M.E. Sharpe, 2007

SNOWDON; B.; VANE, H. **Modern macroeconomics**: its origins, development and current state. Cheltenham: Edward Elgar, 2005

SPENGLER, J. J. Notes on the international transmission of economic ideas. **History of Political Economy**, Vol. 2, n. 1, pp. 133-151, 1970

STIGLER, G. Nobel lecture: the process and progress of economics. **Journal of Political Economy**, Vol. 91, n. 4, pp. 529-545, 1983

VINER, J. Mr. Keynes and the causes of unemployment. **The Quarterly Journal of Economics**, Vol. 51, n. 1, pp. 147-167, 1936

YOUNG, W. **Interpreting Mr. Keynes**: the IS-LM enigma. Boulder: Westview Press, 1987